

AES TIETÊ ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 04.128.563/0001-10

ERRATA

Na publicação das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, publicadas no jornal Valor Econômico e Diário Oficial Estado de São Paulo em 01/03/2016 na nota explicativa número 1 Reorganização Societária, na tabela de Patrimônio Líquido, onde se lê: (R\$ 47.432) leia-se: (R\$ 475.816).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2015

AES Tietê Energia S.A.

(anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia)

CNPJ 04.128.563/0001-10 - Companhia Aberta

www.aestiete.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Prezados Acionistas,

A administração da AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê Energia"), antiga Companhia Brasileira de Energia S.A. ("Cia. Brasileira"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Em função da Reorganização Societária concluída em 31 de dezembro de 2015 a administração apresenta o comparativo da antiga AES Tietê S.A. ("AES Tietê" ou "Companhia"), companhia que foi incorporada pela AES Tietê Energia em 31 de dezembro de 2015.

PERFIL

Reestruturação Societária/Estrutura Acionária

No dia 03 de junho de 2015 a AES Tietê S.A., em conjunto com a Cia. Brasileira, publicou Fato Relevante na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") informando ao mercado sobre uma proposta de Reorganização Societária envolvendo essas companhias e as sociedades direta e indiretamente controladas pela Cia. Brasileira.

A proposta de reestruturação foi submetida à aprovação dos órgãos societários competentes da AES Tietê e Cia. Brasileira, bem como à aprovação das autoridades reguladoras, conforme aplicável, e, em 31 de dezembro todas as condições suspensivas da reorganização foram implementadas.

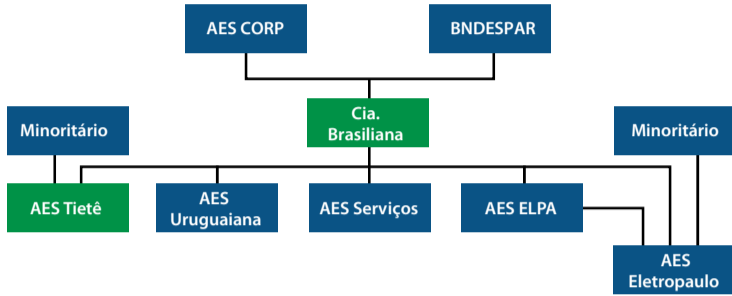
Desta forma em 31 de dezembro de 2015, o processo de reorganização foi efetivado. A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Cia. Brasileira e sendo o acervo cindido transferido para a Brasileira Participações S.A.. A Cia. Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações S.A. passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais empresas ("Acervo Cindido") - AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Uruguiana e AES Serviços). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Cia. Brasileira e consequentemente foi extinta, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia.

Com a reorganização societária, um novo acordo de acionistas foi assinado entre AES Holdings Brasil e BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"). O acionista controlador direto da AES Tietê Energia continua a ser a AES Holdings Brasil. A AES Tietê Energia é indiretamente controlada pela The AES Corporation ("AES Corp").

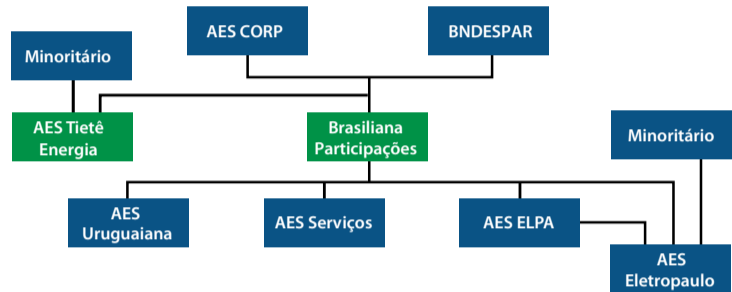
A reorganização societária teve como principais objetivos (i) fortalecer a AES Tietê Energia como plataforma de crescimento exclusiva do grupo AES no Brasil, no segmento de geração de energia elétrica no Brasil; (ii) aprimorar a Governança Corporativa da AES Tietê Energia, por meio da migração para Nível 2 da BM&Fbovespa (100% tag along); (iii) consolidar a liquidez com a criação de Units (1ON e 4PN); e (iv) simplificar e criar maior dinamismo do processo decisório, com um novo acordo de acionistas.

A seguir, resumo da estrutura societária antes e após a conclusão da Reestruturação Societária descrita acima.

Estrutura antes da Reorganização Societária



Estrutura após a Reorganização Societária



Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da AES Tietê Energia é de R\$262,0 milhões, representado por 751.093.534 ações ordinárias e 1.155.173.928 ações preferenciais, com uma free float total de 180.923.473 conforme demonstrado a seguir. Ao final do exercício, a AES Tietê Energia contava com aproximadamente 19,6 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PN	%	Units	% Total
AES Holdings Brasil (AES Corp)	462.300.052	61,55%	-	0,00%	-	24,25%
BNDESPAR	107.870.009	14,36%	431.480.036	37,35%	107.870.009	28,29%
Outros (Free Float)	180.923.473	24,09%	723.693.892	62,65%	180.923.473	47,45%
Total	751.093.534	100%	1.155.173.928	100%	288.793.482	100%

Em 31/12/2015

Parque Gerador

Até 31 de dezembro de 2015, a Cia. Brasileira era uma sociedade por ações de capital aberto e tinha por objetivo exercer o controle de sociedades que atuavam majoritariamente no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Suas principais controladas eram: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana"), AES Tietê e AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços"), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades.

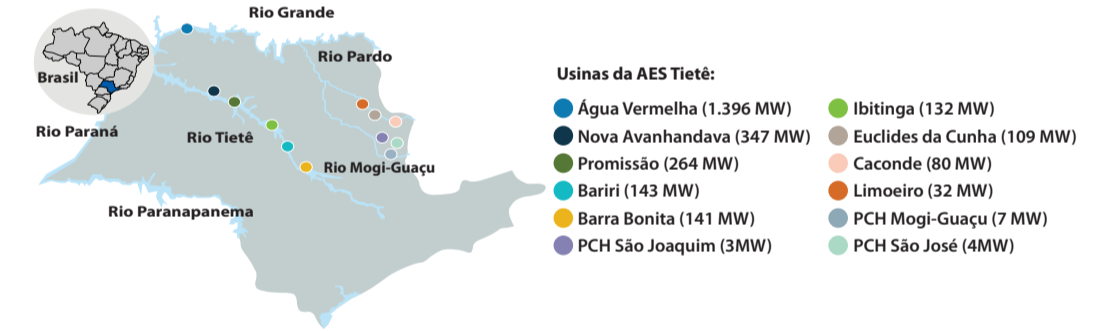
A AES Tietê Energia, após a Reestruturação acima mencionada, assumiu as atividades da AES Tietê e passou a ser uma das geradoras do grupo AES Brasil. A AES Tietê Energia é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&Fbovespa e está autorizada a operar como concessionária de uso de bem público, na geração e comercialização de energia elétrica e na criação de produtor independente de energia.

A AES Tietê Energia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O contrato de concessão foi assinado em 20 de dezembro de 1999, com duração de 30 anos a partir de 1º de abril de 1999.

A AES Tietê Energia é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"). As concessões das usinas hidrelétricas e da PCH Mogi-Guaçu venceram em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operar até o ano de 2032.

A AES Tietê Energia tem capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física bruta de 1.278 MW.

As usinas da AES Tietê Energia estão localizadas nos rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:



As 12 usinas da AES Tietê Energia possuem licenças ambientais de operação obtidas e válidas. Duas delas - Água Vermelha e Caconde - são licenciadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e as demais, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("Cetesb").

Planejamento Estratégico Sustentável

A estratégia da AES Brasil, grupo do qual a AES Tietê Energia faz parte, está orientada por quatro direcionadores estratégicos entre 2015 e 2019: Satisfação do cliente, desenvolvimento de negócios, eficiência no uso de recursos e disciplina na execução e engajamento de públicos de relacionamento.

SATISFAÇÃO DO CLIENTE

No novo Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil, um dos compromissos é garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente. A meta da AES Tietê Energia, nesta esfera, é atingir um índice de satisfação do cliente de 90% até 2019.

Pesquisas periódicas são realizadas com os clientes de comercialização para avaliar a satisfação deles com os serviços da empresa. No primeiro semestre de 2015, a pesquisa foi realizada pela primeira vez por um instituto independente. O resultado geral foi de 85,7% de satisfação, a partir do desempenho nas dimensões Relacionamento, Imagem, Atendimento e Compra e Gestão.

DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

"Crescer com soluções sustentáveis de energia é um dos compromissos do grupo AES Brasil".

Nas iniciativas de crescimento e expansão de sua capacidade de geração instalada, a Companhia trabalha no desenvolvimento de cerca de 180MWp de projetos solares fotovoltaicos para participar em leilões de energia nova. Esses projetos estão localizados no Estado de São Paulo, de Minas Gerais, próximos da usina hidrelétrica Água Vermelha. Adicionalmente, a Companhia também estuda a viabilidade de implantar uma termoeletrica a gás natural, com capacidade instalada líquida de aproximadamente 503 MW, no Estado de São Paulo.

Além dessas iniciativas, a Companhia também possui uma opção de compra de um projeto termelétrico no Estado de São Paulo, com capacidade instalada líquida de 579MW e avalia oportunidades de aquisição no mercado.

EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E DISCIPLINA NA EXECUÇÃO

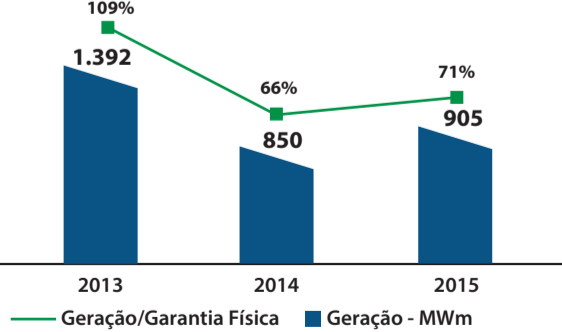
Maximizar valor antecipando e reduzindo riscos e impactos econômicos, sociais e ambientais também é um dos compromissos das empresas do Grupo AES Brasil.

Para fins de comparabilidade, a administração da Companhia apresenta nas próximas seções os resultados operacionais, comerciais, financeiros e socioambientais para a AES Tietê antes de sua incorporação.

Desempenho Operacional - AES Tietê

Em 2015, as usinas da AES Tietê geraram 7.928,0 GWh de energia, volume 6,5% superior ao volume gerado em 2014. A variação é consequência das maiores afliências registradas no ano de 2015 em comparação a 2014. Desde o final do ano de 2012, o ONS tem optado por manter a política de maior despacho térmico para preservar os reservatórios, em vista da baixa afliência verificada, reduzindo a geração hidrelétrica.

Energia Gerada - MW Médios



Desempenho Comercial - AES Tietê

A energia faturada em 2015 alcançou 14.484,6 GWh, uma queda de 3,9% em relação ao ano anterior. A maior parcela dessa energia foi destinada ao atendimento do contrato bilateral com a AES Eletropaulo (11.108 GWh), cujo contrato finalizou-se em 31 de dezembro de 2015.

Para 2016 a Companhia tem 95% da sua garantia física contratada, em uma carteira diversificada de clientes. Para 2017, 2018, 2019 e 2020, o percentual da energia assegurada vendido é de 88%, 60%, 26% e 12%, respectivamente.

O volume de energia gerada que excede aos compromissos contratuais é direcionado primeiramente ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e, posteriormente, ao Mercado Spot da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Caso a soma da energia gerada pelas usinas hidrelétricas seja menor que suas garantias físicas no Sistema Interligado Nacional ("SIN"), um novo valor proporcional de energia disponível é calculado para cada gerador apenas para efeitos do MRE. Em função dessa nova alocação da garantia física, a eventual exposição das usinas do SIN é liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, também conhecido como Mercado Spot. O ano de 2015 apresentou condições hidrológicas desfavoráveis em todo Brasil e a AES Tietê sofreu uma exposição média anual de 15,8% em relação a sua garantia física, contra uma exposição média anual em 2014 de 9,3%.

Em 2015 houve redução de 19,8% na energia faturada por meio da CCEE, principalmente em função da hidrologia desfavorável. Na tabela a seguir é demonstrada a energia faturada da AES Tietê.

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	2014	2015	Varição (%) 2014 x 2015
Energia Faturada	15.074,8	14.484,6	-3,9%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	11.107,7	11.107,7	0,0%
CCEE	1.898,0	1.522,7	-19,8%
Spot	1.671,3	582,7	-65,1%
MRE	226,7	940,0	314,6%
Outros Contratos Bilaterais	2.069,1	1.854,2	-10,4%

Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê

R\$ Mil - Consolidada	2014	2015	Varição (%)
Receita Bruta	3.430.957	2.779.248	-19,0%
Receita Líquida	3.205.007	2.625.821	-18,1%
Custos e Despesas Operacionais*	(2.287.121)	(1.223.873)	-46,5%
Resultado Bruto	750.371	1.232.384	64,2%
EBITDA	917.886	1.401.948	52,7%
Resultado Financeiro	(78.612)	(146.111)	85,9%
Recursos Financeiros	43.006	57.248	33,1%
Despesas Financeiras	(118.466)	(186.802)	57,7%
Variáveis Cambiais, Líquidas	(3.152)	(16.557)	425,3%
Provisão IR/Impostos Diferidos	(222.415)	(359.936)	61,8%
Lucro Líquido	449.344	726.337	61,6%

*excluindo depreciação

Receita Bruta/Líquida

Em 2015, houve uma redução de R\$ 651,7 milhões na receita operacional bruta, quando comparada àquela auferida no ano anterior, passando de R\$ 3.431,0 milhões em 2014 para R\$ 2.779,2 milhões em 2015. Esse resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) redução de 65,1% no volume de energia vendida no mercado Spot e em seu preço médio (R\$ 287,20/MWh em 2015 ante R\$ 688,89/MWh em 2014), que resultou na redução de R\$ 763,1 milhões na receita auferida nesse mercado; parcialmente compensado pelo;
- (ii) aumento de R\$ 121,6 milhões na energia faturada por meio do contrato com a AES Eletropaulo, em função do reajuste no preço do contrato bilateral ocorrido em julho de 2015 que passou de R\$ 206,31/MWh para R\$ 217,85/MWh, resultando em um preço médio maior no ano (R\$ 212,03/MWh em 2015 ante R\$ 201,09/MWh em 2014).

A AES Tietê registrou em 2015 R\$ 153,4 milhões em deduções da receita, redução de 32,1% em relação ao apurado em 2014 (R\$ 226,0 milhões) explicado, principalmente, pela redução de 34,9% nas deduções de PIS e COFINS, em função da redução de energia faturada no mercado Spot, no MRE e outros contratos bilaterais, cuja alíquota é de 9,25%, superior à aplicada no contrato com a AES Eletropaulo de 3,65%.

A receita líquida totalizou R\$ 2.625,8 milhões em 2015, uma redução de 18,1% em relação a 2014 (R\$ 3.205,0 milhões). Essa redução ocorreu, principalmente, devido à redução no volume e preço de energia vendida no mercado Spot, conforme citado anteriormente.

Custos e Despesas Operacionais

Em 2015, os custos e despesas operacionais da Companhia, excluindo depreciação, reduziram em 46,5%. Esta variação está principalmente relacionada:

- (i) menores custos com energia comprada para revenda (R\$ 852,5 milhões em 2015 ante R\$ 1.946,7 milhões em 2014), em função da redução do preço de energia no mercado de curto prazo (R\$ 287,20/MWh em 2015 ante R\$ 688,89/MWh em 2014), assim como uma redução no volume de energia comprada no mercado Spot em 16,2% (2.315,3 MWh em 2015 ante 2.762,8 MWh em 2014); parcialmente compensado pelo;
- (ii) aumento de 5,0% no PMSO - Pessoal, Material, Serviços e Outros, reflexo do reajuste salarial de 8,2% em 2015 (contra 5,5% em 2014); e;
- (iii) aumento de R\$ 16,5 milhões nos custos com transmissão e conexão na comparação anual, reflexo do reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-r) dos contratos de conexão das usinas hidrelétricas (TUSDG) da Companhia.

EBITDA

A AES Tietê registrou Ebitda de R\$ 1.401,9 milhões em 2015, com margem de 53,4%, apresentando um aumento de 52,7%, em relação ao verificado em 2014 (R\$ 917,9 milhões). O desempenho está principalmente relacionado, ao efeito positivo da redução dos custos com energia comprada para revenda em R\$ 1.094,2 milhões, parcialmente compensado pela redução da receita operacional da Companhia, conforme anteriormente citado.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: resultado líquido do período (R\$ 726,3 milhões em 2015 e R\$ 449,3 milhões em 2014), acrescido dos tributos sobre o lucro (R\$ 359,9 milhões em 2015 e R\$ 222,4 milhões em 2014), das despesas financeiras e variação cambial líquidas das receitas financeiras (R\$ 146,1 milhões em 2015 e R\$ 78,6 milhões em 2014) e das depreciações e amortizações (R\$ 169,6 milhões em 2015 e R\$ 167,5 milhões em 2014) totalizando conforme acima R\$ 1.401,9 milhões e R\$ 917,9 milhões em 2015 e 2014 respectivamente.

Resultado Financeiro

Em 2015 o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 146,1 milhões, 85,9% superior ao resultado apresentado em 2014 (R\$ 78,6 milhões). Contribuiu para esse desempenho o aumento dos encargos financeiros de R\$ 66,8 milhões em 2015, reflexo do aumento do CDI médio no período (13,4% a.a. em 2015 comparado a 10,8% a.a. em 2014).

Lucro Líquido

O lucro líquido auferido pela AES Tietê em 2015 foi de R\$ 726,3 milhões 61,6% superior ao obtido em 2014. O resultado foi influenciado principalmente pelo menor custo com energia comprada, em função da queda do preço de energia no mercado de curto prazo.

Endividamento

Dívidas	Montante	Vencimento	Custo Nominal
2ª Emissão de Debêntures	499,9	maio/19	CDI + 0,79% a.a.
3ª Emissão de Debêntures	307,1	março/20	108,20% CDI
4ª Emissão de Debêntures - 1ª Série	143,8	dezembro/16	CDI + 1,55% a.a.
4ª Emissão de Debêntures - 2ª Série	149,0	dezembro/18	CDI + 2,15% a.a.
4ª Emissão de Debêntures - 3ª Série	291,0	dezembro/20	IPCA + 8,43% a.a.

A dívida bruta da AES Tietê Energia totalizava R\$ 1.391,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, valor 14,3% inferior à posição da dívida bruta em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.623,0 milhões). Essa variação é resultado da liquidação da 1ª emissão de debêntures no dia 01 de abril de 2015, com amortização no valor de R\$ 300 milhões, e a liquidação da 2ª emissão de notas promissórias no dia 17 de dezembro de 2015, com amortização no valor de 500 milhões, parcialmente compensados pela 4ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 594 milhões.

Os recursos captados por meio da 4ª emissão de debêntures foram utilizados para refinanciamento de dívidas e investimentos da AES Tietê Energia. Em 2015 as disponibilidades somavam 746,8 milhões, montante 245,3 milhões superior ao registrado no mesmo período de 2014 (R\$ 501,4 milhões).

Assim, a dívida líquida ao final de 2015 era de R\$ 644,9 milhões, montante 42,5% inferior em relação à posição final de 2014 (R\$ 1.121,6 milhão), em função, principalmente, da queda da dívida bruta e do aumento das disponibilidades.

Destaca-se que os saldos de dívida registrados em 31 de dezembro de 2015, em função da Reestruturação Societária anteriormente descrita, foram incorporadas pela AES Tietê Energia.

Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê Energia

Nesta seção, apresenta-se a posição consolidada da AES Tietê Energia S.A., que reflete as demonstrações financeiras da AES Tietê, antes de sua incorporação, e os resultados da controladora AES Tietê Energia S.A. (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia), após a reestruturação ("operações em continuidade"). Os resultados do Acervo Cindido, foram classificadas como "operações descontinuadas", visto que o controle deixou de existir em parte de seus investimentos em 31 de dezembro de 2015.

R\$ Mil - Consolidada	2014	2015	Varição (%)
Receita Bruta	3.430.957	2.779.248	-19,0%
Receita Líquida	3.205.007	2.625.821	-18,1%
Custos e Despesas Operacionais*	(2.291.052)	(1.236.634)	-46,0%
Resultado Bruto	746.440	1.219.623	63,4%
EBITDA	913.955	1.389.187	52,0%
Amortização de Intangível de Concessão	(60.289)	(56.105)	-6,9%
Resultado Financeiro	(58.935)	(107.591)	82,6%
Recursos Financeiros	71.839	100.976	40,6%
Despesas Financeiras	(127.622)	(192.010)	50,5%
Variáveis Cambiais, Líquidas	(3.152)	(16.557)	425,3%
Provisão IR/Impostos Diferidos	(214.472)	(317.169)	47,9%
Lucro Líquido Operações em Continuidade	412.744	738.758	79,0%
Operações Descontinuadas	(202.918)	64.558	-131,8%
Lucro Líquido do Exercício	209.826	803.316	282,8%

* excluindo depreciação

AES Tietê Energia - Operações em Continuidade

Receita Bruta/Líquida - AES Tietê Energia

A receita operacional bruta e líquida segue o resultado da AES Tietê S.A. antes da incorporação visto que a AES Tietê Energia era apenas uma holding antes da reorganização societária. As variações entre os exercícios sociais de 2014 e 2015 estão demonstradas na seção "Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê".

Custos e Despesas Operacionais - AES Tietê Energia

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação, da AES Tietê Energia totalizaram R\$ 1.236,6 milhões, valor 46% inferior ao mesmo período do ano anterior. Esse movimento é justificado principalmente pela variação dos custos e despesas operacionais da AES Tietê antes da incorporação, conforme demonstração na seção "Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê".

EBITDA - AES Tietê Energia

A AES Tietê Energia registrou Ebitda de R\$ 1.389,2 milhões em 2015 apresentando um aumento de 52,0%, em relação ao verificado em 2014 (R\$ 914,0 milhões). O desempenho está principalmente relacionado, ao efeito positivo da redução dos custos com energia comprada para revenda em R\$ 1.094,2 milhões, parcialmente compensado pela redução da receita operacional da AES Tietê, conforme anteriormente citado na seção "Desempenho Econômico Financeiro - AES Tietê".

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: resultado líquido do período das operações em continuidade (R\$ 738,8 milhões em 2015 e R\$ 412,8 milhões em 2014), acrescido dos tributos sobre o lucro (R\$ 317,2 milhões em 2015 e R\$ 214,5 milhões em 2014), das despesas financeiras e variação cambial líquidas das receitas financeiras (R\$ 192,0 milhões em 2015 e R\$ 58,9 milhões em 2014) e das depreciações e amortizações (R\$ 169,6 milhões em 2015 e R\$ 167,5 milhões em 2014) totalizando conforme acima R\$ 1.389,2 milhões e R\$ 914,0 milhões em 2015 e 2014, respectivamente.

Resultado Financeiro - AES Tietê Energia

O resultado financeiro da AES Tietê Energia foi negativo em R\$ 107,6 milhões em 2015, ante um resultado negativo de R\$ 58,9 milhões em 2014. Contribuiu para esse desempenho o aumento dos encargos financeiros de R\$ 66,8 milhões em 2015, reflexo do aumento do CDI médio no período (13,4% a.a. em 2015 comparado a 10,8% a.a. em 2014), parcialmente compensado pela maior renda das aplicações financeiras dado maior saldo médio e aumento do CDI médio no período (13,4% a.a. em 2015 comparado a 10,8% a.a. em 2014).

Lucro Líquido - AES Tietê Energia

A AES Tietê Energia registrou um lucro líquido de R\$ 738,8 milhões em 2015 ante R\$ 412,7 milhões em 2014, um aumento de 79%, em função, principalmente, do menor custo com energia comprada, em função da queda do preço de energia no mercado de curto prazo e a crédito tributário no valor de R\$ 43,7 milhões, resultado da Reestruturação Societária.

AES Tietê Energia - Operações em descontinuadas

As operações descontinuadas em 2015 totalizaram R\$ 64,6 milhões, resultado superior ao de 2014, que totalizou um valor negativo de R\$ 202,9 milhões. Essa variação reflete o resultado positivo do Acervo Cindido, conforme segue:

- (i) Resultado positivo da AES Uruguiana, que apresentou lucro líquido de R\$ 40,3 milhões em 201

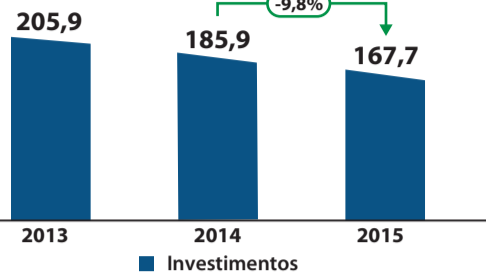
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Investimentos

AES Tietê
Os investimentos em 2015 somaram R\$ 167,7 milhões, montante 9,8% inferior ao valor investido em 2014 (R\$ 185,9 milhões). A decisão da Companhia pela realização destes investimentos visa à melhoria das suas condições operacionais e assegura a disponibilidade de seu parque gerador, resultando em ganhos de produtividade e eficiência.

Principais investimentos realizados em 2015:
R\$ 131,2 milhões - manutenção e modernização; e
R\$ 13,32 milhões - projetos de TI.

Histórico de Investimentos (R\$ milhões)



Em 2015, a AES Tietê investiu R\$ 167,7 milhões, montante 9,8% inferior ao valor investido em 2014 (R\$ 185,9 milhões) e em linha com o valor projetado para o ano de 2015, que era de R\$ 155,2 milhões, destinados principalmente à modernização e manutenção preventiva das usinas de Água Vermelha, Barra Bonita e Bariri para manutenção das suas condições operacionais e assegurar a disponibilidade de geração de energia.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

AES Tietê
Em 2015, a AES Tietê investiu R\$ 10,1 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, em produtividade e eficiência da performance para criar valor, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades e para o meio ambiente. Destaca-se em 2015 o investimento de R\$ 3,0 milhões, equivalente a 29,9% do total, no desenvolvimento de tecnologias para a geração de energia sustentável.

Segurança

AES Tietê
Segurança é o valor número 1 do Grupo AES Brasil. Os programas de segurança da companhia são baseados em diretrizes globais da AES Corp, na Política de Sustentabilidade da AES Brasil e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional ("SGSSO"), cujos requisitos estão de acordo com as especificações da Occupational Health and Safety Assessment Series ("OHSAS", sigla em inglês) 18.001:2007, uma norma internacional com foco na saúde e na segurança do trabalho. Em 2015, foi realizada a auditoria de manutenção da certificação pela certificadora ABS Quality Evaluations. Em 2015 a AES Tietê investiu R\$ 1,3 milhão em segurança e deu continuidade a um conjunto de ações que visam manter a melhoria dos índices de segurança. No ano, foi registrado um acidente com colaborador próprio que gerou uma lesão de baixa significância. Com contratados, foram registrados quatro acidentes, 75% a menos do que em 2014. Desde 2010, não são registradas fatalidades com colaboradores próprios e contratados. A Companhia também mantém comitês formais de segurança, todos com representação dos interesses de 100% dos colaboradores. Mais informações sobre o tema podem ser conhecidas no Relatório de Sustentabilidade da AES Tietê.

Segurança com a população
Durante as férias escolares, aumenta o número de frequentadores no entorno dos reservatórios das usinas em busca de lazer, principalmente para nadar e pescar, atividades que apresentam riscos de segurança. Nesses períodos, a AES Tietê realiza uma intensa campanha de segurança, com a veiculação de mensagens de alerta em mídias locais, assim como ações focadas em informar e conscientizar a população, como a distribuição de folhetos educativos. As usinas também ficam de portas abertas para receber estudantes das escolas locais para visitas, durante as quais são informados sobre como realizar atividades de lazer sem comprometer a segurança. Em 2015, 1.892 pessoas participaram de visitas às usinas e eventos desenvolvidos pela AES Tietê. Nenhum acidente com a população é registrado desde 2009 nos reservatórios das usinas da companhia.

Gestão Ambiental

AES Tietê
A AES Tietê conta com o Sistema de Gestão Ambiental ("SGA"), 100% certificado na norma ISO 14001:2004 desde 2011 que tem como principal foco de ação a prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais. Em 2015, foi realizada a auditoria de manutenção, de forma integrada com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, pela certificadora ABS Quality Evaluations. O resultado foi o de "zero não conformidade". O SGA tem foco na prevenção, mitigação e controle de impactos ambientais negativos decorrentes das operações. Para alcançar melhores resultados, são definidas metas e realizados investimentos na padronização e na melhoria de processos operacionais das atividades com maiores riscos ao meio ambiente. O sistema também contempla a gestão de fornecedores em aspectos ambientais e o atendimento à legislação ambiental na cadeia de valor. Os investimentos em proteção e gestão ambiental na AES Tietê totalizaram R\$ 15,5 milhões em 2015.

ENGAJAMENTO DE PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO

Um dos compromissos da AES Brasil, no Planejamento Estratégico Sustentável 2015-2019, é promover avanços no setor, educar a população para o consumo consciente e desenvolver colaboradores, parceiros e comunidades.

Comunidades

Com o objetivo de promover a melhoria contínua da atuação social e de garantir o máximo alinhamento com a estratégia de negócios e com a Política de Sustentabilidade, a relação e os compromissos da AES Brasil com as comunidades são pautados pelo Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa ("SGRSC"), que atende às normas e aos padrões externos aplicáveis aos negócios do Grupo AES no Brasil, como ISO 26.000 e AA 1.000. As iniciativas voltadas para as comunidades estão agrupadas em três pilares da Política de Investimento Social Privado (alinhadas ao modelo de criação de valor da empresa fundamentado no Planejamento Estratégico Sustentável da Companhia: (i) Educação, Cultura, Esporte e Saúde; (ii) Capacitação Profissional Inclusiva; (iii) Influência Social. O sistema de avaliação é composto por indicadores de gestão das atividades, de medição de impacto sobre o público atingido e de investimento por projeto, além da realização de pesquisas de opinião junto aos beneficiados para colher as avaliações de satisfação e de atendimento às expectativas de cada público. Em 2015, foram investidos e destinados R\$ 13,8 milhões, dos quais R\$ 2,4 milhões com recursos próprios e R\$ 11,3 milhões com recursos incentivados. Mais informações sobre o tema podem ser conhecidas no Relatório de Sustentabilidade da AES Tietê.

Reconhecimentos

- Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOvespa 2016:** inclusão na carteira pelo 9º ano consecutivo;
- Prêmio Eloy Chaves 2015:** medalha de ouro reconhecendo a Companhia como uma das melhores empresas de energia elétrica de todo o Brasil na área de Saúde e Segurança do Trabalho. - Somos a primeira empresa na América Latina a receber a certificação ISO 55001 em Gestão de Ativos, no escopo Operação e manutenção de usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas, incluindo gestão de reservatórios, processos de geração de energia e de água;
- Pelo quinto ano consecutivo, AES Tietê está entre as empresas mais éticas do país, no reconhecimento Cadastro Empresa Pró-Ética, realizado pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Instituto Ethos.
- Recebemos o título de Empresa Cidadã pela cidade de Mococa, pelos serviços que prestamos ao município, e pelos projetos sociais e programas educativos como a Casa de Cultura e Cidadania e o Programa Energia do Bem.
- Além dos reconhecimentos individuais, a AES Tietê Energia contribuiu significativamente para importantes reconhecimentos para o Grupo AES Brasil:
 - Somos a 5ª empresa mais inovadora do Brasil, de acordo com o Prêmio Best Innovator, promovido pela AT Kearney e Revista Época. O caso sobre o uso de drones pela AES Tietê na gestão dos reservatórios foi destaque no reconhecimento;
 - Estamos entre as 100 empresas mais inovadoras do Brasil, de acordo com o jornal Valor Econômico (41ª posição no ranking, na categoria Indústria).
 - Estamos entre as empresas-modelo no Guia Exame de Sustentabilidade 2015.
 - AES Brasil, AES Eletropaulo, AES Sul e AES Tietê foram reconhecidas pela Fundação Nacional da Qualidade pela Qualidade da Gestão nos últimos dez anos.
 - AES Brasil foi destaque no critério Processos da 24ª edição do Prêmio Nacional da Qualidade.
 - A Revista Época Negócios elegeu a AES Brasil como a melhor empresa do setor elétrico na categoria Práticas de Recursos Humanos. Além desta conquista, estamos em 2º lugar na categoria Capacidade de Inovar.
 - Pela 5ª vez, somos a empresa que melhor se comunica com os jornalistas, na categoria Energia Elétrica, de acordo com a revista Negócios da Comunicação.

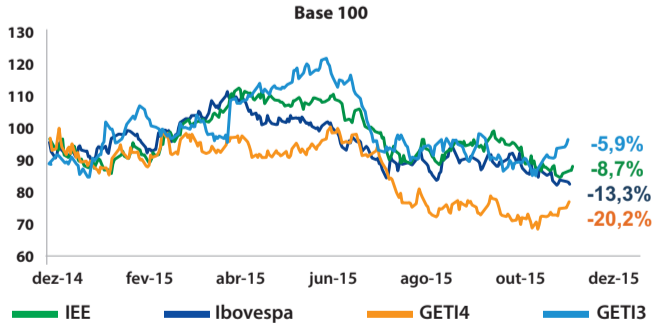
GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é o sistema pelo qual uma Companhia é controlada e monitorada e envolve as práticas e os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, conselho fiscal e diretoria. A adoção de boas práticas de governança é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. Com foco na criação de valor para seus acionistas, a Companhia continuamente trabalha para aprimorar suas práticas. No âmbito interno, a AES Tietê Energia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração é responsável pelo planejamento e pelas questões estratégicas da empresa. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por treze membros, sendo sete membros efetivos e seis membros suplentes. Dentre os seus membros, cinco efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e um membro efetivo é independente. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração se encerrará na data da realização da Assembleia Geral que examinará as contas da administração da Companhia referente ao exercício social que findará em 31 de dezembro de 2017. A Diretoria é composta por 6 membros, incluindo o Diretor Presidente. Os membros da Diretoria Executiva desempenham suas funções de acordo com o objeto social da Companhia, conduzindo os negócios e operações com estrita observância das disposições do Estatuto Social, das decisões das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração. Atualmente, a Companhia possui um Conselho Fiscal, que tem como principal função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Além disto, o Conselho Fiscal também é responsável por analisar trimestralmente o balancete e as demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia, opinar sobre o relatório anual da administração e as propostas dos órgãos da administração a serem submetidos em assembleia geral. O Conselho Fiscal da Companhia é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dos quais: dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente foi indicado pela BNDESPAR e outros efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelos acionistas minoritários preferencialistas e ordinários da Companhia. Além de ter sua gestão administrativa fiscalizada pelo Conselho Fiscal, para atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, a AES Tietê Energia avalia anualmente seu ambiente de controles internos com o objetivo de assegurar a preparação de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

Mercado de Capitais

Até 31 de dezembro de 2015, antes da efetivação da Restrução Societária, as ações da AES Tietê eram negociadas no mercado tradicional da BM&FBOvespa sob os códigos GETI3 (ordinárias) e GETI4 (preferenciais). A Companhia também possuía ADRs Nível 1 negociadas no mercado de balcão norte-americano sob os códigos AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais). Ao longo de 2015 foram realizados 1.233.234 negócios, sendo 858.553 envolvendo ações preferenciais (42,1% acima do total das ações preferenciais negociadas em 2014), e 419.985 negociações com ações ordinárias da Companhia (65% acima do total registrado em 2014). Em 31 de dezembro de 2015, o valor de mercado da AES Tietê era de R\$ 5,5 milhões. A partir do dia 04 de janeiro de 2016, como resultado da Reestruturação Societária, a Companhia passou a negociar units (certificados de depósito de ações). Cada unit representa uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia. Com a reestruturação, a Companhia migrou para o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOvespa.

AES Tietê x Ibovespa x IEE¹



1 - Índice de Energia Elétrica

Auditoria Independente

AES Tietê
Ao longo do exercício de 2015, a AES Tietê utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY") para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis, auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América e revisão especial das Informações Trimestrais ("ITRs") relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes dos contratos encontram-se abaixo:

(i) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados do Relatório de Controle Patrimonial e Procedimentos estabelecidos pela ANEEL. Data da contratação: 01 de abril de 2015;

(ii) Natureza do serviço: Emissão das Cartas de Conforto relacionadas à emissão de debêntures. Data da contratação: 19 de outubro de 2015;

(iii) Natureza do serviço: Procedimento de leitura e revisão de memorando PPM - Private Placement Memorandum, referente ao processo de Private Placement no mercado americano. Data da contratação: 20 de outubro de 2015.

O valor total dos serviços descritos acima soma R\$ 546.300,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e trezentos reais) e equivale a 64% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Todos os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

As contratações de outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Companhia Brasileira (atual AES Tietê Energia S.A.)
Ao longo do exercício de 2014, a Brasileira utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY") para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis, auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América e revisão especial das Informações Trimestrais ("ITRs") relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes dos contratos encontram-se abaixo:

(i) Natureza do serviço: auditoria para o período findo em 30 de junho de 2015, para fins de emissão de laudo a valor contábil para reestruturação da Companhia. Data da contratação: 7 de agosto de 2015

O valor total do serviço descrito acima soma R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais) e é superior em 14% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. O serviço descrito acima possui prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

As contratações de outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Informações Suplementares - AES Tietê

São apresentados a seguir os demonstrativos contábeis da AES Tietê relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, antes de sua incorporação pela Companhia. Os demonstrativos apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 já refletem a incorporação da AES Brazilian Energy Holdings e da AES Rio PCH.

Balanco patrimonial da AES Tietê referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	558	533
Investimentos de curto prazo	738.781	500.891
Consumidores e revendedores	27.697	34.088
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10.020	10.774
Outros tributos compensáveis	113.731	64.231
Devedores diversos	522	626
Contas a receber de partes relacionadas	271.814	296.028
Previdência privada - Ativo de benefício definido	207	-
Outros créditos	1.540	28.437
Despesas pagas antecipadamente	588	2.231
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	1.165.458	937.899
NÃO CIRCULANTE		
Consumidores e revendedores	13.075	-
Outros tributos compensáveis	789	791
Tributos a recuperar	179.860	79.852
Cauções e depósitos vinculados	37.008	4.040
Outros créditos	43	51
Imobilizado, líquido	3.145.358	3.148.769
Intangível	75.265	79.048
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.451.398	3.312.551
TOTAL DO ATIVO	4.616.856	4.250.450

	2015	2014
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	350.676	486.074
Empréstimos e financiamentos	-	501.019
Debêntures	160.283	325.309
Arrendamento financeiro	314	248
Imposto de renda e contribuição social a pagar	300.700	143.294
Outros tributos a pagar	11.868	9.661
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.396	2.119
Obrigações estimadas	18.310	16.552
Obrigações sociais e trabalhistas	1.126	1.019
Provisões para processos judiciais e outros	14.090	15.971
Pesquisa e desenvolvimento	10.014	8.171
Outras obrigações	10.324	7.439
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	879.101	1.516.876
NÃO CIRCULANTE		
Debêntures	1.230.570	796.064
Arrendamento financeiro	491	359
Tributos e contribuições sociais diferidos	473.166	509.718
Provisões para processos judiciais e outros	76.823	53.175
Pesquisa e desenvolvimento	9.591	9.458
Obrigações estimadas	236	186
Outras obrigações	3.557	106
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.794.434	1.369.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social subscrito e integralizado	207.227	207.227
Reserva de capital	362.966	254.172
Reservas de lucro	17.905	-
Ajustes de avaliação patrimonial	920.607	983.786
Outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)	2.500	2.230
Lucros (Prejuízos) acumulados	432.116	(82.927)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.943.321	1.364.488
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.616.856	4.250.450

Demonstrações dos resultados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.625.821	3.205.007
CUSTOS OPERACIONAIS		
Custo com energia elétrica	(852.506)	(1.946.683)
Energia elétrica comprada para revenda	(114.879)	(98.427)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(6.155)	(5.004)
Taxa de fiscalização	(44.600)	(41.085)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		
Custo de Operação	(82.181)	(75.351)
Pessoal e administradores	(2.577)	(2.651)
Entidade de previdência privada	(79.893)	(86.067)
Serviços de terceiros	(6.693)	(5.491)
Material	(1.654)	(489)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(3.000)	-
Provisão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	(169.564)	(167.515)
Depreciação e amortização	(29.574)	(25.873)
Outras receitas e custos	(1.393.437)	(2.454.636)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(1.393.437)	(2.454.636)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	1.232.384	750.371
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	57.248	43.006
Despesas financeiras	(186.802)	(118.466)
Variações cambiais, líquidas	(18.557)	(3.152)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(146.111)	(78.612)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.086.273	671.759
Contribuição social	(105.990)	(67.516)
Imposto de renda	(281.993)	(177.736)
Contribuição social diferida	7.505	6.150
Imposto de renda diferido	20.542	16.639
TOTAL DOS TRIBUTOS	(359.936)	(222.415)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	726.337	449.344

Demonstrações dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	726.337	449.344
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	169.564	167.515
Amortização do uso do bem público	2.690	2.690
Variações monetárias e cambiais	22.763	6.048
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	1.943	489
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	195.316	130.587
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	1.758	1.716
Receita de aplicação financeira em investimento de curto prazo	(44.527)	(37.129)
Baixa de bens do ativo	129	-
Provisão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	3.000	-
Ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	(1.634)	(241)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(28.047)	(22.837)
Ações e opções de ações outorgadas	143	89
Variações nos ativos e passivos:		
Consumidores e revendedores	(6.684)	16.643
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9.441	4.871
Outros tributos compensáveis	(49.438)	(49.326)
Devedores diversos	104	(137)
Contas a receber de partes relacionadas	24.214	(67.674)
Despesas pagas antecipadamente	1.644	(152)
Outros créditos	26.812	(26.985)
Fornecedores	(135.399)	381.243
Imposto de renda e contribuição social a pagar	377.390	237.693
Outros tributos a pagar	2.207	14.594
Pagamento de processos judiciais e outros	(1.708)	(4.299)
Obrigações sociais e trabalhistas	107	73
Obrigações estimadas	1.808	724
Pesquisa e desenvolvimento	(114)	4.024
Outros créditos	6.338	(3.715)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	36.789	35.975
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(1.556)	(1.057)
Juros pagos (encargos de dívidas)	1.341.389	1.240.766
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(196.118)	(122.914)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(228.306)	(492.659)
Atividades de investimentos:		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(167.729)	(184.546)
Aplicações em investimento de curto prazo	(2.742.665)	(2.697.466)
Resgates de investimento de curto prazo	2.512.148	2.539.830
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(32.020)	2.709
Recebimento de venda de ativo imobilizado	1.634	241
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(428.636)	(339.647)
Atividades de financiamentos:		
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	594.000	800.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(257.291)	(888.508)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	-	(3.107)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(800.060)	(299.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2015

1 - Base de Cálculo	2015 Valor (Mil reais)			2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	2.625.821			3.205.007		
Resultado operacional (RO)	1.232.384			750.371		
Folha de pagamento bruta (FPB)	82.181			75.351		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.976	4,84%	0,15%	3.572	4,74%	0,11%
Encargos sociais compulsórios	16.691	20,31%	0,64%	15.596	20,70%	0,49%
Previdência privada	2.577	3,14%	0,10%	2.651	3,52%	0,08%
Saúde	3.045	3,71%	0,12%	3.534	4,69%	0,11%
Segurança e saúde no trabalho	1.254	1,53%	0,05%	1.169	1,55%	0,04%
Educação	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Cultura	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	904	1,10%	0,03%	804	1,07%	0,03%
Creches ou auxilio-creche	60	0,07%	0,00%	56	0,07%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	8.277	10,07%	0,32%	8.136	10,80%	0,25%
Outros	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	36.784	44,76%	1,40%	35.518	47,14%	1,11%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.719	0,14%	0,07%	1.373	0,18%	0,04%
Cultura	8.027	0,65%	0,31%	6.359	0,85%	0,20%
Saúde e saneamento	2.476	0,20%	0,09%	1.795	0,24%	0,06%
Esporte	1.476	0,12%	0,06%	1.190	0,16%	0,04%
Combate à fome e segurança alimentar	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Outros	69	0,01%	0,00%	82	0,01%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	13.766	1,12%	0,52%	10.800	1,44%	0,34%
Tributos (excluídos encargos sociais)	362.310	29,40%	13,80%	224.388	29,90%	7,00%
Total - Indicadores sociais externos	376.076	30,52%	14,32%	235.188	31,34%	7,34%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	12.371	1,00%	0,47%	12.412	1,65%	0,39%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	3.133	0,25%	0,12%	2.321	0,31%	0,07%
Total dos investimentos em meio ambiente	15.504	1,26%	0,59%	14.733	1,96%	0,46%
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015	2014
Nº de empregados(as) ao final do período	350	343
Nº de admissões durante o período	29	27
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.159	1.144
Nº de estagiários(as)	2	5
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	110	103
Nº de mulheres que trabalham na empresa	65	59
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20%	17%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	27	26
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4%	4%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	9	9
6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2015 Valor (Mil reais)	2014 Valor (Mil reais)
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,51	23,21
Número total de acidentes de trabalho	1	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados (as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências () todos(as) empregados (as)	() todos(as) + Cipa (x) direção e gerências () todos(as) empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT () não se envolverá () seguirá as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as) () direção () direção e gerências
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as) () direção () direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos	(x) são exigidos () não serão considerados () serão sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apoia	(x) organiza e incentiva () não se envolverá () apoiará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0 no Procon 0	na Justiça 0 na empresa 0 no Procon 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0% no Procon 0%	na Justiça 0% na empresa 0% no Procon 0%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):	1.489.509	1.020.127
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,7% governo 48,8% acionistas	4,8% colaboradores(as) 13,7% terceiros
	37,5% governo 44,1% acionistas	6,4% colaboradores(as) 12,0% terceiros
7 - Outras Informações		

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2014
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	558	66	217.634
Investimentos de curto prazo	5	746.210	308.241	1.607.000
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	27.697	–	1.762.878
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.1	22.515	25.283	62.809
Outros tributos compensáveis	7.2	113.731	–	176.680
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		–	2.699	–
Devedores diversos		522	–	2.774
Contas a receber - acordos		–	–	99.911
Contas a receber de partes relacionadas		–	–	–
Previdência privada - Ativo de benefício definido	18	207	–	–
Outros créditos	10	1.540	437	259.476
Almozarilado		–	–	62.776
Despesas pagas antecipadamente		587	85	31.134
Ativo financeiro setorial, líquido		–	–	140.940
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.185.381	336.811	4.424.012
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	13.075	–	33.121
Outros tributos compensáveis	7.2	789	–	42.084
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	–	45.174	549.326
Tributos a recuperar	9	179.860	–	79.852
Cauções e depósitos vinculados	19	37.008	31.944	500.063
Contas a receber - acordos		–	–	19.900
Outros créditos	10	43	210	142.797
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		–	–	(61.175)
Ativo financeiro da concessão		–	–	1.980.753
Ativo financeiro setorial, líquido		–	–	129.566
Investimento	11	–	2.377.887	8.769
Imobilizado, líquido	12	3.145.358	–	3.537.703
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		–	–	(376.114)
Intangível	13	75.265	931.161	6.663.157
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.451.398	3.386.376	13.249.802
TOTAL DO ATIVO		4.636.779	3.723.187	17.673.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Notas	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2014
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	14	352.076	227	1.752.879
Empréstimos e financiamentos		–	–	569.407
Debêntures	16	160.283	–	845.320
Arrendamento financeiro	16	314	–	3.661
Subvenções governamentais		–	–	2.478
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15.1	300.700	–	162.424
Outros tributos a pagar	15.2	11.868	35	561.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		36.828	–	6.167
Obrigações estimadas	17	18.310	–	108.447
Obrigações sociais e trabalhistas		1.126	–	2.687
Encargos tarifários e do consumidor a recolher		–	–	60.252
Provisões para processos judiciais e outros	19	14.090	–	184.273
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	10.014	–	49.005
Outras obrigações		10.324	–	240.092
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		915.933	262	4.548.918
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE		–	–	70.887
Empréstimos e financiamentos		–	–	457.364
Debêntures	16	1.230.570	–	2.810.245
Arrendamento financeiro	16	491	–	9.933
Subvenções governamentais		–	–	10.535
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	381.111	–	511.597
Obrigações com entidade de previdência privada	18	–	–	2.818.793
Provisões para processos judiciais e outros	19	76.823	31.517	402.499
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	9.591	–	27.025
Contas a pagar a partes relacionadas	28	–	9.228	9.010
Obrigações estimadas	17	236	–	929
Reserva de reversão		–	–	66.085
Outras obrigações		3.558	–	27.119
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.702.380	40.745	7.222.021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado	21.1	262.018	2.960.708	2.960.708
Reserva de capital	21.2	352.553	–	–
Reservas de lucros	21.2	480.788	332.958	332.958
- Legal	21.2	52.404	214.512	214.512
- Estatutária	21.2	–	118.446	118.446
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	21.2	428.384	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial	21.2	920.607	743.601	743.601
Outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)	21.2	2.500	(355.087)	(355.087)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.018.466	3.682.180	3.682.180
Participação de acionistas não controladores		–	–	2.220.695
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.018.466	3.682.180	5.902.875
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.636.779	3.723.187	17.673.814

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2015
1. RECEITAS		–	–	2.779.246
Receita bruta de venda de energia		–	–	3.429.721
Outras receitas operacionais		–	–	269
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(12.756)	(3.927)	(1.190.177)
Material		–	(19)	(6.693)
Serviços de terceiros	(11.940)	(3.628)	(91.833)	(89.695)
Custo da energia comprada e transmissão		–	–	(1.057.727)
Outros custos operacionais		(816)	(280)	(33.924)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO		(12.756)	(3.927)	1.589.069
4. RETENÇÕES		(56.105)	(60.289)	(225.669)
Depreciação e amortização		–	–	(169.564)
Amortização de intangível de concessão		(56.105)	(60.289)	(56.105)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(68.861)	(64.216)	1.363.400
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		422.500	140.520	165.534
Resultado da equivalência patrimonial		379.265	227.899	–
Receitas financeiras		43.728	28.833	100.976
Resultado líquido proveniente de operações cindidas		30.579	(85.140)	95.630
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas		(31.072)	(31.072)	(31.072)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		353.639	76.304	1.528.934
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		353.639	76.304	1.528.934
Empregados (colaboradores)		–	–	71.335
Salários e encargos		–	–	57.213
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados		–	–	8.277
Previdência privada		–	–	2.577
FGTS		–	–	3.268
Tributos (Governos)		(42.767)	(7.943)	444.627
Federais		(42.767)	(7.943)	365.240
Imposto de Renda e Contribuição Social		(42.767)	(7.943)	317.169
Cofins		–	–	28.493
Pis		–	–	6.155
INSS		–	–	9.486
Encargos sociais - Outros		–	–	3.937
Estaduais		–	–	2.356
ICMS		–	–	1.880
Outros		–	–	185
Municipais		–	–	18
IPTU		–	–	6
ISS		–	–	12
Encargos setoriais		–	–	77.013
Pesquisa e desenvolvimento		–	–	26.258
Taxa de fiscalização - ANEEL		–	–	6.155
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		–	–	44.600

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reserva de capital			Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial/ Outros resultados abrangentes			Participação de não controladores Subtotal	Total do patrimônio líquido		
		Capital social	Ágio na incorporação	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Legal	Estatutária	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes			Lucros acumulados	Subtotal
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.960.708	-	-	-	207.763	211.160	80.000	796.638	(307.500)	-	3.948.769	2.589.572	6.538.341
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.945	81.945	127.881	209.826
Efeito reflexo de cálculo atuarial - controlada Tietê		-	-	-	-	-	-	-	-	-	228	228	207	435
Efeito reflexo de cálculo atuarial - controladas Eletropaulo e Elpa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.815)	(47.815)	(89.303)	(137.118)
Transações com os acionistas:														
Remuneração com base em ações das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.082	1.082
Dividendos aprovados em AGO de 25.04.2014		-	-	-	-	-	-	(80.000)	-	-	(80.000)	(80.000)	-	(80.000)
Dividendos intermediários aprovados em RCA de 06.08.2014 e de 05.11.2014		-	-	-	-	-	(122.000)	-	-	-	(102.842)	(224.842)	-	(224.842)
Dividendos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(413.149)	(413.149)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas de controladas - prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.895	3.895	4.405	8.300
Mutações internas do patrimônio líquido:														
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	(80.358)	-	80.358	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	27.321	-	(27.321)	-	-	-
Constituição de reserva legal	22	-	-	-	-	6.749	-	-	-	-	(6.749)	-	-	-
Constituição de reserva estatutária	22	-	-	-	-	-	29.286	-	-	-	(29.286)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		2.960.708	-	-	-	214.512	118.446	-	743.601	(355.087)	-	3.682.180	2.220.695	5.902.875
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	393.583	393.583	409.733	803.316
Efeito reflexo de cálculo atuarial - controlada Tietê		-	-	-	-	-	-	-	-	-	142	142	128	270
Efeito reflexo de cálculo atuarial - controladas Eletropaulo e Elpa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.489	72.489	135.381	207.870
Transações com os acionistas:														
Remuneração com base em ações das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.367	1.367
Dividendos intermediários aprovados em RCA de 08.05.2015, 07.08.2015 e de 04.11.2015	22	-	-	-	-	-	(88.500)	-	-	-	(107.362)	(195.862)	-	(195.862)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.432)	(35.432)	-	(35.432)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas de controladas - prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.642	1.642	3.890
Dividendos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(149.104)	(149.104)
Mutações internas do patrimônio líquido:														
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	(69.925)	-	69.925	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	23.775	-	(23.775)	-	-	-
Constituição de reserva legal	22	-	-	-	-	12.000	-	-	-	-	(12.000)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório	22	-	-	-	-	-	-	428.384	-	-	(428.384)	-	-	-
Efeitos da reorganização societária														
Cisão parcial	1	(2.097.566)	-	-	-	(182.605)	(29.946)	-	(213.717)	-	283.770	(63.256)	(2.303.320)	(1.859.139)
Redução de capital	1	(699.463)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(699.463)	341.198	(4.162.459)
Incorporação AES Tietê (acionistas não controladores)	1	98.339	341.198	9.405	1.950	8.497	52.404	-	436.873	1.186	205.059	1.102.507	(1.102.507)	2.018.466
Saldo em 31 de dezembro de 2015		262.018	341.198	9.405	1.950	52.404	52.404	428.384	920.607	2.500	2.500	2.018.466	-	2.018.466

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
Caixa gerado nas operações:									
Lucro líquido do exercício	393.583	81.945	803.316	209.826	Devedores diversos	-	71	104	(66)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					Despesas pagas antecipadamente	70	(82)	1.714	(234)
Depreciação e amortização	-	-	169.564	167.515	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	107	73
Amortização do Intangível de concessão - operações continuadas	56.105	60.289	60.289	56.105	Obrigações estimadas	-	-	1.808	724
Amortização do Intangível de concessão - operações descontinuadas	31.072	31.072	31.072	31.072	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	132.792	458.811	-	-
Amortização do uso do bem público (UBP)	-	-	2.690	4.315	Juros pagos (encargos de dívidas)	-	-	1.401.560	1.244.415
Varição monetária/cambial	(56)	(1.733)	22.707	4.315	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(13.216)	(1.860)	(241.522)	(492.659)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	1.943	489	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais continuadas	179.747	462.458	963.920	628.842
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	195.316	130.587	Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais descontinuadas	42.061	24.798	(295.191)	18.345
Fundo de pensão/plano de assistência - deliberação CVM 695	-	-	1.758	1.716	Total caixa líquido gerado nas atividades operacionais	221.808	487.256	668.729	647.187
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(40.775)	(23.083)	(85.302)	(60.212)	Atividades de investimentos:				
Baixa de bens do ativo	-	-	129	-	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	(167.729)	(184.546)
Resultado da equivalência patrimonial	(381.655)	(235.981)	-	-	Aplicações em investimentos de curto prazo	(484.746)	(306.826)	(3.227.411)	(3.004.292)
Perdas em investimentos	2.390	8.082	2.390	6.617	Resgates de investimentos de curto prazo	459.688	125.339	2.971.832	2.664.754
Reversão (provisão) para redução ao provável valor de realização	-	-	3.000	-	Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados	(929)	(881)	(32.949)	1.828
Tributos e contribuições sociais diferidos	(42.767)	(7.943)	(70.814)	(30.780)	Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	1.634	241
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	143	89	Efeitos da incorporação - transferência proveniente da AES Tietê (nota nº 1)	558	-	-	-
Ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	-	-	(1.634)	-	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos em continuidade	(25.429)	(182.368)	(454.623)	(522.015)
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	(30.579)	85.140	(95.630)	171.846	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas	-	-	(165.217)	(179.079)
Variáveis nos ativos e passivos:					Efeitos da cisão - transferência para Brasileira Participações (nota nº 1)	(25)	-	(152.185)	-
Consumidores, revendedores, concessionários e permissionárias	-	-	(6.684)	16.643	Total caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(25.454)	(182.368)	(772.025)	(701.094)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	25.541	(1.716)	34.982	3.155	Atividades de financiamentos:				
Outros tributos compensáveis	-	-	(49.439)	(49.326)	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	-	-	594.000	800.000
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	24.214	(67.674)	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(195.862)	(304.842)	(320.361)	(734.539)
Outros créditos	615	(18)	27.427	(27.002)	Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.107)
Fornecedores	5.479	(71)	(129.920)	381.172	Pagamento de empréstimos	-	-	(800.060)	(299.970)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	377.390	237.693	Custo de empréstimos	-	-	(24.628)	(1.578)
Outros tributos a pagar	1.136	1.887	3.343	14.621	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-	-	(325)	(270)
Contas a pagar a partes relacionadas	(218)	(186)	(218)	1	Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos em continuidade	(195.862)	(304.842)	(551.374)	(239.464)
Pagamento de processos judiciais e outros	-	-	(1.708)	(4.485)	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas	-	-	437.594	239.009
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(114)	4.024	Total caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(195.862)	(304.842)	(113.780)	(455)
Outras obrigações	-	-	6.338	(3.715)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa:	492	46	(217.076)	(54.362)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	40.230	7.834	77.019	43.809	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	66	20	217.634	271.996
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(1.556)	(1.057)	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	558	66	558	217.634

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Reorganização societária

A AES Tietê Energia S.A. (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia) é a Companhia que sucede a AES Tietê S.A. após os eventos da reorganização societária, implementada em 2015, que teve com um dos principais objetivos fortalecer a Companhia como plataforma de crescimento exclusiva de seu controlador em geração de energia elétrica no Brasil.

- Devido à reorganização e em atendimento ao CPC 36(R3) - Demonstrações Consolidadas, certas peças das demonstrações contábeis estão sendo apresentadas da seguinte forma:
- Balanco Patrimonial Consolidado - a Companhia somente está apresentando o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014, visto que em 31 de dezembro de 2015 foi finalizado o processo de reorganização societária, quando a Companhia deixou de possuir investimentos em outras sociedades;
 - Demais demonstrativos contábeis - A Companhia apresenta todos os demais demonstrativos contábeis demonstrando a posição controladora e a consolidada em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e com destaque para o efeito da cisão de ativos e passivos (denominadas "operações descontinuadas"), visto que o controle deixou de existir somente no último dia do exercício, ou seja, a Companhia perdeu o controle em parte de seus investimentos em 31 de dezembro de 2015;
 - Operações demonstrativas consolidadas demonstram a consolidação da Companhia com a incorporada AES Tietê S.A. O resultado das operações em investimentos cindidos (ex-controladas) e itens relacionados aos mesmos, foram reclassificados para a rubrica "operações descontinuadas". Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.1. A mesma reclassificação foi efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para permitir comparabilidade.
 - Devido à reclassificação efetuada para operações descontinuadas nas demonstrações dos resultados, as operações realizadas pela Companhia e pela incorporada AES Tietê com os investimentos cindidos (ex-controladas) não foram eliminados (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 28.1);
 - As notas explicativas de balanço patrimonial consolidado somente apresentam uma coluna relativa a 31 de dezembro de 2014 e refletem exatamente as informações constantes nas demonstrações contábeis autorizadas pela Diretoria Executiva em 09 de fevereiro de 2015 da Companhia.

A seguir são apresentados os detalhes da reorganização. Em 3 de junho de 2015, a Companhia e a AES Tietê S.A. ("AES Tietê") divulgaram fato relevante no qual informaram ao mercado a intenção de realizar uma reorganização societária ("Reorganização") envolvendo a Companhia e a AES Tietê, bem como as sociedades controladas direta e indiretamente por elas. A proposta da reorganização foi formalizada pelo Acordo de Reestruturação assinado entre a AES Holdings Brasil Ltda. ("AES Holdings Brasil") e BNDES Participações S.A. - ("BNDESPAR"), sendo posteriormente aprovada pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 5.433 de 25 de agosto de 2015 e pelos Conselhos de Administração da Companhia e da AES Tietê, por meio dos atos societários pertinentes, além da obtenção das anuências dos credores. Em 26 de outubro de 2015, as Assembleias Gerais de todas as sociedades envolvidas aprovaram todas as etapas da reorganização, sujeitas a determinadas condições suspensivas que foram cumpridas em 28 de dezembro de 2015. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, em 31 de dezembro de 2015, foi finalizado o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia e as sociedades direta e indiretamente controladas por ela.

A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Companhia e versão do acordo cindido para a Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações"). A Companhia passou a deter o controle direto e exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais sociedades (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ou Eletropaulo, AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Companhia Brasileira de Energia e

consequentemente foi extinta, sendo esta última, a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê Energia"). Por fim, em 4 de janeiro de 2016, a AES Tietê Energia aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e seus valores mobiliários passaram a ser negociados por meio de *Units*, sendo cada *Unit* formada por 4 (quatro) ações preferenciais e 1 (uma) ação ordinária. As ações ordinárias e preferenciais possuem direitos econômicos equivalentes.

Após a implementação da reorganização, a AES Holdings Brasil e BNDESPAR rescindiram o antigo acordo de acionistas da Companhia e celebraram dois novos acordos, sendo um da Companhia, que consiste na adequação do antigo acordo à nova estrutura societária em consonância com os objetivos da reorganização, preservando direitos de veto da BNDESPAR em relação a questões de curso estratégico e promovendo liberdade com relação à transferência de ações detidas pelas partes signatárias ("Novo Acordo de Acionistas da AES Tietê Energia").

A reorganização não implicou na alteração do acionista controlador da Brasileira Participações e da AES Tietê Energia, o qual continuou sendo a AES Holdings Brasil.

Após a reorganização, a participação da AES Holdings Brasil no capital social total da Companhia é de 24,25%, sendo sua participação no capital votante equivalente a 61,55%. A participação da BNDESPAR no capital social total da Companhia é de 28,29%, sendo sua participação no capital votante equivalente a 14,36%, na forma de *Units*.

AES Tietê Energia	Antes da reorganização			Após da reorganização		
	Quantidade		Participação total %	Quantidade		Participação total %
	Ordinárias	Preferenciais		Ordinárias	Preferenciais	
Acionistas						
AES Holdings Brasil Ltda.	300.000.001	7	46,15%	462.300.052	-	24,25%
BNDESPAR	300.					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Atos da reorganização:

(iii) **Cisão parcial:** cisão parcial da Companhia com a versão do acervo cindido para a Brasileira Participações S.A., avaliado por seu valor contábil, e sendo formado principalmente pelas participações societárias na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda. Após a cisão parcial, a Companhia passou a deter somente participação societária na AES Tietê.

A Brasileira Participações era, na data da cisão parcial, uma sociedade anônima de capital fechado não operacional. Após a cisão parcial, o capital social da Brasileira Participações passou a ser detido pela AES Holdings Brasil e pela BNDESPAR, nas mesmas proporções em que anteriormente participavam da Companhia. Adicionalmente, em decorrência da cisão parcial, a Brasileira Participações passou a ser responsável por todos os ativos e passivos cindidos, incluindo os relacionados às demais sociedades, sem solidariedade com a Companhia.

(iv) **Alienação das ações da Companhia pela BNDESPAR:** a AES Holdings Brasil e a BNDESPAR celebraram um Compromisso de Compra e Venda de Ações por meio do qual a BNDESPAR se comprometeu a alienar a AES Holdings Brasil ações ordinárias da Companhia correspondentes a 8,1261% de seu capital social total por valor patrimonial. Em razão da celebração do Compromisso de Compra e Venda de Ações, a participação societária detida pela BNDESPAR no capital social total da Companhia passou a ser temporariamente de 45,72%. Para maiores detalhes sobre a alienação das ações, vide nota explicativa nº 21.1.

(v) **Conversão e desdobramento de ações da Companhia:** após a celebração do Compromisso de Compra e Venda descrito no item acima, houve a conversão de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pela BNDESPAR em ações preferenciais, com os mesmos direitos das ações preferenciais anteriormente emitidas pela Companhia já existentes e conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela AES Holdings Brasil em ações ordinárias, com os mesmos direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes. Posteriormente, houve também desdobramento de ações de emissão da Companhia. Após a conversão de ações, a participação societária detida pela BNDESPAR no capital social total da Companhia voltou a ser igual à participação detida pela BNDESPAR anteriormente à celebração do Compromisso de Compra e Venda de Ações, no entanto, sua participação societária no capital social votante diminuiu para 18,92% e sua participação no capital preferencial passou a ser de 100%. Para maiores detalhes sobre a conversão e desdobramento das ações, vide nota explicativa nº 21.1.

(vi) **Redução de capital:** redução do capital social da Companhia no montante de R\$699.463, sem cancelamento de ações, em decorrência da transferência aos seus acionistas, AES Holdings Brasil e BNDESPAR, (a) do direito de capitalização da reserva especial de giro no montante de R\$341.198, o qual inclui o valor de R\$108.652 gerado na incorporação da AES Brazilian Energy Holdings (vide item (i) descrito anteriormente) e R\$232.546 proveniente de incorporações passadas realizadas pela AES Tietê (vide nota explicativa 21.2 (a); e (b) do ativo intangível gerado na aquisição de concessão (anteriormente, a adoção das normas internacionais de contabilidade estavam classificadas como ativos) registrado na Companhia no montante de R\$358.265. Desta forma, a partir de 01 de janeiro de 2016, a amortização do ativo intangível gerado na concessão não terá mais impactos para os resultados da AES Tietê Energia.

A BNDESPAR cedeu à AES Holdings Brasil, por meio da celebração de um contrato de cessão de direitos, o direito à capitalização da reserva de água recebido pela mesma, em decorrência da redução de capital descrita anteriormente. Na medida em que a reserva especial de giro foi capitalizada pela AES Holdings Brasil, a BNDESPAR fará jus ao recebimento das ações de emissão da Companhia que eventualmente a AES Holdings Brasil vier a receber como resultado da capitalização do direito de capitalização da BNDESPAR, bem como ao montante em dinheiro recebido pela AES Holdings Brasil dos demais acionistas da Companhia que vierem a exercer seu direito de preferência na capitalização no que diz respeito à parcela do direito de capitalização da BNDESPAR.

(vii) **Incorporação da AES Tietê pela Companhia:** incorporação da AES Tietê pela Companhia, com a sua consequente extinção e sucessão em todos os direitos e obrigações, e a consequente alteração da denominação social da Companhia para a AES Tietê Energia. Em decorrência da incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 98.339 com a atribuição das ações emitidas em função deste aumento aos acionistas da AES Tietê. O patrimônio líquido da AES Tietê foi avaliado pelo seu valor contábil em 30 de junho de 2015 ("data-base da incorporação"), com base no laudo de avaliação para fins de incorporação, emitido por empresa de avaliação independente. A incorporação da AES Tietê teve eficácia a partir de 31 de dezembro de 2015, conforme estipulado no protocolo de incorporação. Com isso, os efeitos desta incorporação somente afetarão o resultado das operações da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016.

Vale ressaltar que os acionistas não controladores da AES Tietê não foram diluídos após a incorporação, tendo em vista que após a cisão e redução de capital, a Companhia não detinha nenhum outro ativo ou passivo além: (i) dos créditos tributários (ativo fiscal diferido) no montante de R\$48.353; (ii) dos tributos compensáveis no montante de R\$12.495; (iii) dos investimentos de curto prazo no montante de R\$7.429, composto por R\$6.029 dos tributos compensáveis que foram restituídos pela Receita Federal à Companhia no período compreendido entre a emissão do laudo e a incorporação (julho a dezembro de 2015); e (iv) dos R\$ 1.400 de recursos de investimento de curto prazo para pagamento das despesas remanescentes relacionadas à reorganização, visto que o mesmo montante também foi transferido do saldo a pagar, trazendo assim, efeito nulo para a Companhia. Com isso, o saldo de ativos e passivos remanescentes totalizou R\$ 66.877 na data-base de 31 de dezembro de 2015, antes da incorporação da AES Tietê. Destaca-se que este saldo não foi considerado para fins da relação de troca das ações objeto da incorporação, de forma que não houve relação de troca diferenciada para o acionista controlador.

Em função da incorporação, foi assegurado aos acionistas dissidentes da AES Tietê o direito de retirada mediante ressarcimento do valor patrimonial de suas ações. Após o prazo para exercício do direito de retirada da AES Tietê, verificou-se que nenhum acionista havia exercido este direito.

As variações patrimoniais da AES Tietê ocorridas entre a data-base da incorporação (30 de junho de 2015) e a data efetiva da incorporação (31 de dezembro de 2015) foram absorvidas pela Companhia, conforme determinado no protocolo de incorporação, gerando os seguintes efeitos no patrimônio líquido da Companhia:

31.12.2015	Efeitos da reorganização societária 30.06.2015			Variações patrimoniais dos efeitos da reorganização - Julho a Dezembro de 2015			31.12.2015		
	AES Tietê Energia S.A.	Cisão parcial	Redução de capital	Incorporação AES Tietê	Cisão parcial	Redução de capital	Incorporação AES Tietê	Destinação do resultado	AES Tietê Energia S.A.
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social	2.960.708	(2.069.513)	(727.516)	98.339	(28.053)	28.053	-	-	262.018
Reserva de capital	-	-	-	9.405	-	-	-	-	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	-	1.847	-	-	103	-	1.950
Reserva especial de giro na incorporação	-	-	-	347.789	-	-	(6.591)	-	341.198
Reserva legal	214.512	(170.605)	-	8.497	(12.000)	-	-	12.000	52.404
Reserva estatutária	29.946	(29.946)	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	697.451	(219.984)	-	451.812	6.266	-	(14.938)	-	920.807
Outros resultados abrangentes - ganho atuarial	(282.456)	356.259	-	1.058	(72.489)	-	128	-	2.500
Lucros acumulados	289.245	(148.644)	-	107.086	85.389	-	142.740	-	(47.432)
(-) Complemento dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	428.384
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.909.406	(2.282.433)	(727.516)	1.025.833	(20.887)	28.053	121.442	(35.432)	2.018.466

(viii) **Constituição de IR/CS diferido:** A incorporação da AES Tietê resultou no aumento da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, permitindo a constituição de crédito tributário adicional no montante de R\$43.702. A expectativa de lucros tributáveis futuros está suportada por estudo técnico aprovado pelo Conselho da Administração (vide nota explicativa nº 8).

1.1 Operação descontinuada

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas:

1.1.1 Demonstração dos Resultados

a) Na controladora

(i) Ganho de equivalência patrimonial dos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.) no montante de R\$30.579 (perda de R\$85.140 em 31 de dezembro de 2014). Somente o resultado de equivalência patrimonial resultante de sua participação acionária no investimento da AES Tietê, no montante de R\$379.265 (R\$227.899 em 31 de dezembro de 2014), permaneceu como operações em continuidade, refletindo, desta forma, as atividades desenvolvidas pela Companhia após a reorganização societária.

(ii) Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$31.072 (R\$31.072 em 31 de dezembro de 2014).

b) No consolidado:

(i) Lucro líquido dos investimentos cindidos (Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., AES Elpa S.A., AES Uruguiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.) no montante de R\$95.630 (prejuízo líquido de R\$171.846 em 31 de dezembro de 2014), estão sendo apresentados em uma única rubrica da demonstração denominada "operações descontinuadas". Conforme mencionado anteriormente, para ambos os exercícios, houve consolidação somente do resultado da Companhia e da incorporada AES Tietê.

(iv) Amortização de intangível de concessão relacionada aos investimentos cindidos da Eletropaulo e AES Elpa no montante total de R\$31.072 (R\$31.072 em 31 de dezembro de 2014).

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	30.579	(85.140)	95.630	(171.846)
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	(31.072)	(31.072)	(6.558)	(202.918)
Total operação descontinuada	(493)	(116.212)	64.558	(202.918)
Atribuído a acionistas da empresa controladora			(493)	(116.212)
Atribuído a acionistas não controladores			65.051	(86.706)

Destaca-se que não houve ganho ou perda em relação ao valor justo, visto que todos os valores envolvidos da reorganização foram avaliados a valores contábeis.

Segue abaixo detalhamento do lucro (prejuízo) líquido das operações cindidas.

Os impactos das operações das controladas cindidas no resultado consolidado, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são apresentados a seguir.

	2015						
	AES Elpa	Eletropaulo	AES Uruguiana	AES Serviços	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Receita operacional líquida	-	13.667.413	491.552	32.726	14.191.691	-	14.191.691
Total dos custos operacionais	(1.271)	(13.194.534)	(483.019)	(32.294)	(13.711.118)	-	(13.711.118)
Resultado do serviço (lucro bruto)	(1.271)	472.879	8.533	432	480.573	-	480.573
Outras despesas	(15.365)	-	-	-	(15.365)	(30.581)	(45.946)
Resultado financeiro	1.754	(313.906)	36.608	1.045	(274.499)	(670)	(275.169)
Resultado antes dos tributos	(14.882)	158.973	45.141	1.477	190.709	(31.251)	158.458
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(650)	(57.837)	(4.834)	(507)	(63.828)	-	(63.828)
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	(15.532)	101.136	40.307	970	126.881	(31.251)	95.630
Atribuído a acionistas da empresa controladora							30.579
Atribuído a acionistas não controladores							65.051

	2014						
	AES Elpa	Eletropaulo	AES Uruguiana	AES Serviços	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total consolidado
Receita operacional líquida	-	10.557.279	238.608	23.878	10.819.765	-	10.819.765
Total dos custos operacionais	(809)	(10.551.749)	(246.586)	(25.491)	(10.824.635)	-	(10.824.635)
Resultado do serviço (lucro bruto)	(809)	5.530	9.022	(1.613)	(4.870)	-	(4.870)
Outras despesas	(87.971)	-	-	-	(87.971)	42.025	(45.946)
Resultado financeiro	1.130	(201.905)	13.375	(580)	(187.980)	(1.223)	(189.203)
Resultado antes dos tributos	(87.650)	(196.375)	5.397	(2.193)	(280.821)	40.802	(240.019)
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(513)	64.628	-	4.058	68.173	-	68.173
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	(88.163)	(131.747)	5.397	1.865	(212.648)	40.802	(171.846)
Atribuído a acionistas da empresa controladora							(85.140)
Atribuído a acionistas não controladores							(86.706)

1.1.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa

a) Na Controladora

(i) A Companhia destaca que recebeu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$42.061 (R\$24.798 em 31 de dezembro de 2014) de investimentos cindidos classificados como atividade operacional.

b) Consolidado

(ii) A Companhia destaca em linha específica os resultados líquidos dos investimentos cindidos.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Atividades operacionais	-	3.181	(316.180)	1.938
Eletropaulo	-	-	-	4.673
AES Serviços	-	-	-	16.297
AES Uruguiana	42.061	-	16.291	237
AES Elpa	-	21.617	25	(207)
Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	42.061	24.798	(295.191)	18.345

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Atividades de investimento	-	-	(156.549)	(191.416)
Eletropaulo	-	-	964	(15.711)
AES Serviços	-	-	24.412	-
AES Uruguiana	-	-	(1.624)	3.636
AES Elpa	-	-	(165.217)	(179.079)
Total caixa líquido usado nas atividades de investimento				
Atividades de financiamento	-	-	438.094	239.864
Eletropaulo	-	-	(500)	(493)
AES Serviços	-	-	-	-
AES Uruguiana	-	-	-	-
AES Elpa	-	-	-	(362)
Total caixa líquido gerado nas atividades de financiamento			437.594	239.009
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	42.061	24.798	(22.814)	78.275

2. Informações gerais

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1, a Companhia Brasileira de Energia teve sua denominação alterada para AES Tietê Energia S.A. ("Companhia" ou "AES Tietê Energia"). A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Após a cisão parcial e a incorporação descritas na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia se concentraram nas atividades exercidas pela AES Tietê antes da reorganização.

Vale ressaltar que a Brasileira Participações ficou responsável por todo o passivo da AES Tietê Energia cindido, sem solidariedade. Em contra-partida, a AES Tietê Energia assumiu todos os direitos e obrigações da incorporada AES Tietê.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, produzir, comercializar, construir, executar e operar (a) sistemas de produção, transmissão e comercialização de energia, resultante do aproveitamento de rios e de outras fontes de energia incluindo, sem contido se limitar, fontes renováveis como a solar, eólica e biomassa, além de fontes não renováveis e termoeletricas de qualquer natureza, bem como desempenhar qualquer atividade relacionada a este objeto, como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, operação e manutenção de usinas, obras e edificações correlatas, além de compra e importação de equipamentos para a geração de energia, (b) barragens de acumulação, eclusas e outros empreendimentos destinados ao aproveitamento múltiplo das águas e de seus leitos e reservatórios, e (c) planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia, diretamente ou em cooperação com outras entidades; (ii) explorar, desenvolver, produzir, importar, exportar, processar, tratar, transportar, carregar, estocar, acondicionar, operar e manter atividades relacionadas ao suprimento, distribuição e comercialização de combustíveis destinados à geração de energia, além de realizar liquefação e regaseificação; (iii) prestar todo e qualquer serviço, observando o que dispõe o Contrato de Concessão; e (iv) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, desde que o respectivo objeto social da Companhia na qual haverá participação seja igual aos itens i a iii anteriormente descritos.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente controlada pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Até 31 de dezembro de 2015, 1.268 MW médios da garantia física da Companhia foram vendidos para a Eletropaulo. Para 2016 a Companhia tem 95% da sua garantia física contratada, a qual foi vendida para uma carteira diversificada de clientes. Para 2017, 2018, 2019 e 2020, o percentual da energia assegurada vendido é de 88%, 60%, 26% e 12%, respectivamente. (para maiores detalhes vide nota explicativa nº 28.4).

O parque gerador da Companhia está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
Agua Vermelha	1978	6	1.396	746
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Promissão	1975	3	264	104
Bariri	1969	3	143	66
Barra Bonita	1963	4	141	45
Ibitinga	1969	3	132	74
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Caconde	1966	2	80	33
Limoeiro	1958	2	32	15
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
São José	2012	2	4	2
São Joaquim	2011	1	3	1
Total		35	2.658	1.278

2.1 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, enviou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representava 398 MW. Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram inviável o cumprimento da obrigação de expansão. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram o cumprimento de tal obrigação.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para adequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compeli a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia foi citada a ação e identificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011, a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir daquela data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que havia a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outorgada concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012, o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais diferidos

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora			
	Balanco Patrimonial		Resultado	
	2015	2014	2015	2014
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.191	–	–	–
Provisão para processos fiscais	1.089	–	–	–
Provisão para processos trabalhistas	2.335	–	–	–
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos - nota 1 (ii)	–	–	–	–
Provisão para processos cíveis	2.027	–	–	–
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	11.471	–	–	–
Provisões de meio ambiente	9.403	–	–	–
Ativo imobilizado - custo atribuído	3.627	–	–	–
Ativo intangível - uso do bem público	(474.252)	–	–	–
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	(12.805)	–	–	–
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	92.055	48.353	43.702	8.712
Outras	(16.964)	(3.179)	(935)	(769)
Recicita de imposto de renda e contribuição social diferidos			42.767	7.943
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(381.111)	45.174		
Tributos diferidos ativos	129.960	48.353	–	–
Tributos diferidos passivos	(511.071)	(3.179)	–	–
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(381.111)	45.174		

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	
	2014	
Provisão de benefício a empregados	–	298.559
Provisão para processos judiciais e outros	–	163.607
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	67.598
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(1.123.075)
Ajustes de avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	–	525.175
Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa	–	123.323
Atualização do ativo financeiro de concessão	–	(53.162)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	–	94.837
Ativo intangível - uso do bem público	–	(13.720)
Alienação de imóvel	–	(24.129)
Outros	–	(21.284)
Total consolidado		37.729

Tributos Diferidos	2014					Consolidado Total
	Brasiliiana	Elpa	Eletropaulo	Tietê	AES Serviços	
Ativo	48.353	–	1.251.923	31.974	4.301	1.336.551
Passivo	(3.179)	(1.879)	(752.072)	(541.692)	–	(1.298.822)
Total líquido	45.174	(1.879)	499.851	(509.718)	4.301	37.729
Composição das rubricas:-						
Ativo	45.174	–	499.851	–	4.301	549.326
Passivo	–	(1.879)	–	(509.718)	–	(511.597)

(1) O ativo fiscal diferido relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição no montante de R\$48.353 não foi cindido para a Brasileira Participações, sendo então dividido com os acionistas minoritários quando da incorporação da AES Tietê. Adicionalmente, após o evento da incorporação, a Companhia constituiu crédito tributário adicional no montante de R\$43.702 devido ao aumento da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Desta forma, devido à reorganização, houve aumento de tributo diferido ativo no montante total de R\$92.055.

O saldo de tributo diferido passivo, registrado na Companhia antes da incorporação, correspondia a R\$4.114 e referia-se, principalmente, à atualização de saldo de depósitos judiciais. Com a cisão parcial, tanto a provisão para processo judicial e o depósito correspondente foram transferidos para a Brasileira Participações (vide nota explicativa nº 1). Desta forma, o saldo do diferido passivo também foi objeto de cisão.

8.2 Estimativa de recuperação de créditos

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros aprovado pela Administração, segue abaixo estimativa de realização dos tributos diferidos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Tributos e contribuições sociais diferidos	Tributos a recuperar (1)	Total
2016	74.733	20.187	94.920
2017	34.934	18.736	53.670
2018	13.289	17.340	30.629
2019	307	16.089	16.396
2020 a 2022	921	41.349	42.270
2023 a 2025	4.548	32.767	37.315
2026 a 2029	1.228	33.392	34.620
Total	129.960	179.860	309.820

(1) A estimativa de realização de tributos a recuperar registrados no ativo não circulante foi definida através de Ofício ANEEL - Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na nota explicativa nº 9.

Em 28 de janeiro de 2016, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

9. Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda., da AES Tietê Participações S.A. e da AES Brazilian Energy Holdings e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos estavam assim representados:

	Controladora			Consolidado		
	2015		2014	2015		2014
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda. (1)						
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	–	–	–
Subtotal	319.564	(210.912)	108.652			
AES Gás Ltda.						
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	–	266.740	–
Amortização acumulada	(616.323)	412.441	(203.882)	–	(196.255)	–
Subtotal	191.981	(129.123)	62.858		70.485	
AES Tietê Participações S.A.						
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	–	28.023	–
Amortização acumulada	(57.862)	38.189	(19.673)	–	(18.656)	–
Subtotal	24.558	(16.208)	8.350		9.367	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	536.103	(356.243)	179.860		79.852	

(1) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 (i), este saldo representa o benefício fiscal correspondente ao ágio gerado quando da incorporação da AES Brazilian Energy Holdings pela AES Tietê. O saldo é composto pelos ágios transferidos na incorporação e pela provisão representativa da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização constituída nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 319/99. O benefício fiscal somente trará benefícios para a Companhia a partir de 01 de janeiro de 2016, quando ocorrer a respectiva amortização. Vale ressaltar que esta amortização traz impacto nulo no resultado, visto que a amortização do ágio, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo período. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$ 150.574 em 31 de dezembro de 2015. A movimentação não está sendo apresentada visto que os saldos refletem exatamente os valores incorporados da AES Tietê em 31 de dezembro de 2015.

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
CIRCULANTE				
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	–	–	45.185	–
Cauções e depósitos vinculados	612	–	29.641	–
Valores a receber na alienação de imóvel	–	–	49.726	–
Alienação de bens e direitos	626	–	9.916	–
Repasso CDE - descontos na tarifa	–	–	114.669	–
Serviços prestados	–	–	29	–
Outros	302	437	11.208	–
Total	1.540	437	260.374	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(898)	–
Saldo Líquido de PCLD	1.540	437	259.476	
NÃO CIRCULANTE				
Financiamento à Cesp	–	–	5.752	–
Conta garantida - alienação de investimentos	–	210	–	–
Direito do uso do gás	–	–	61.175	–
Programa reluz - PMSBC	–	–	3.728	–
Valores a receber na alienação de imóvel	–	–	40.659	–
Bens e direitos destinados à alienação	–	–	27.552	–
Outros	43	–	16.540	–
Total	43	210	155.406	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(12.609)	–
Saldo Líquido de PCLD	43	210	142.797	

11. Investimentos

Após a reorganização, a Companhia deixou de possuir qualquer participação em outras sociedades, de forma que as participações registradas na rubrica Investimentos em 31 de dezembro de 2014 deixaram de ser relevantes para seus negócios, uma vez que foram transferidas para a Brasileira Participações S.A., com exceção da AES Tietê que foi incorporada pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	–	1.560.173	–	–
Recursos destinados a aumento de capital	–	429.200	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada - AES Eletropaulo	–	226.671	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada - AES Tietê	–	516.930	–	–
Efeito reflexo (perda) atuarial de controladas	–	(355.087)	–	–
Subtotal		2.377.887		
Imóveis destinados a uso futuro	–	–	4.707	–
Outros	–	–	4.062	–
Total		2.377.887		8.769

Composição dos investimentos	AES Tietê	AES Elpa	AES Uruguiana	AES Eletropaulo	AES Serviços	Total
	Participação direta					
31.12.2014	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
31.12.2015	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Valor do capital social						
31.12.2014	207.227	958.782	8.562	1.257.629	29.172	
31.12.2015	207.227	958.782	8.562	1.257.629	29.172	
Patrimônio Líquido						
31.12.2014	1.130.133	980.768	39.636	2.548.605	5.778	
% de participação	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Saldo do investimento	593.829	963.673	39.636	113.224	5.778	1.716.140
Reserva especial de ágio	232.547	–	–	–	–	232.547
Recursos destinados a aumento de capital	–	429.200	–	–	–	429.200
Valor do investimento em 31.12.2014	826.376	1.392.873	39.636	113.224	5.778	2.377.887

Movimentação dos investimentos	AES Tietê	AES Elpa	AES Uruguiana	AES Eletropaulo	AES Serviços	Total
Saldo em 31.12.2013	1.046.882	1.537.465	36.938	124.817	3.912	2.750.014
Equivalência patrimonial - operações continuadas	227.899	–	–	–	–	227.899
Equivalência patrimonial - operações descontinuadas	–	(86.626)	5.397	(5.777)	1.866	(85.140)
Dividendos declarados	(448.999)	(19.496)	(2.699)	–	–	(471.194)
Dividendos e JSCP prescritos	365	3.254	–	276	–	3.895
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controladas	229	(41.724)	–	(6.092)	–	(47.587)
Saldo em 31.12.2014	826.376	1.392.873	39.636	113.224	5.778	2.377.887
Equivalência patrimonial - operações continuadas	379.265	–	–	–	–	379.265
Equivalência patrimonial - operações descontinuadas	–	(15.261)	40.307	4.563	970	30.579
Dividendos declarados	(132.792)	–	(49.516)	(1.940)	–	(184.248)
Dividendos e JSCP prescritos	367	1.133	–	142	–	1.642
Reserva especial de ágio - incorporação da AES Brazilian Energy Holdings	108.652	–	–	–	–	108.652
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controladas	142	63.254	–	9.235	–	72.631
Subtotal - Valor dos investimentos antes da reorganização	1.182.010	1.441.999	30.427	125.224	6.748	2.786.408
Efeitos da reorganização societária						
Efeitos da cisão parcial	–	(1.441.999)	(30.427)	(125.224)	(6.748)	(1.604.398)
Redução de capital - reserva especial de ágio	(341.198)	–	–	–	–	(341.198)
Efeitos da incorporação	(840.812)	–	–	–	–	(840.812)
Saldo em 31.12.2015						
Resultado do exercício 31.12.2015						
Lucro (prejuízo) líquido das controladas no exercício	726.337	(15.532)	40.307	101.136	970	

12. Imobilizado

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora					Consolidado
	2015		2014		2014	
	Taxas médias anuais de depreciação (%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	–	410.783	–	410.783	–	408.163
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.881.635	(1.670.878)	1.210.757	–	1.283.804
Termoelétrica	4,3%	–	–	–	–	225.482
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,1%	651.069	(440.002)	211.067	–	221.771
Peças sobressalentes	3,4%	–	–	–	–	133.217
Materiais em depósito	0,0%	–	–	–	–	14.794
Máquinas e equipamentos	3,0%	1.788.812	(638.710)	1.150.102	–	995.332
Veículos	12,2%	8.456	(4			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

16.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras/Credores	Vencimento	Taxa efetiva ^(a) (%)	Controladora						2014		
			Circulante			Não Circulante			Total circulante + não circulante	Total circulante + não circulante	
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar			Total
Debêntures											
Debêntures - 2ª Emissão (a) - Tietê	2019	CDI+1,50	8.940	-	(2.754)	6.186	498.000	(4.324)	493.676	499.862	-
Debêntures - 3ª Emissão (b) - Tietê	2020	114,61% do CDI	12.162	-	(1.307)	10.855	300.000	(3.706)	296.294	307.149	-
Debêntures - 4ª Emissão (1ª Série) (c) - Tietê	2016	CDI + 1,99%	843	143.500	(576)	143.767	-	-	-	143.767	-
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série) (c) - Tietê	2018	CDI + 2,35%	909	-	(222)	687	148.724	(391)	148.351	149.038	-
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série) (c) - Tietê	2020	IPCA + 9,91%	977	-	(2.189)	(1.212)	303.205	(10.956)	292.249	291.037	-
Subtotal			23.831	143.500	(7.048)	160.283	1.249.947	(19.377)	1.230.570	1.390.853	-
Arrendamento financeiro											
Arrendamento financeiro (d)		8,49 a 15,64	-	314	-	314	491	-	491	805	-
Subtotal			-	314	-	314	491	-	491	805	-
Total da dívida			23.831	143.814	(7.048)	160.597	1.250.438	(19.377)	1.231.061	1.391.658	-

Instituições Financeiras/Credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa Efetiva (**)	Consolidado						2014		
			Circulante			Não Circulante			Principal	Custos a amortizar	Total
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar			
Empréstimos e Financiamentos											
<i>Em moeda nacional</i>											
RELUZ - Eletrobrás - SBC - Eletropaulo	2015	5,00	-	-	440	-	440	-	-	-	-
BNDES - Finame - Eletropaulo	2016	8,70	8	1.528	-	1.536	637	-	637	-	637
FINEP - Eletropaulo	2020	4,00	106	3.621	-	3.727	44.270	-	44.270	-	44.270
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - Eletropaulo	2019	CDI+2,41	5.904	60.000	(3.494)	62.410	420.000	(7.543)	412.457	-	412.457
Notas promissórias - 2ª Emissão - Tietê	2015	CDI+1,29	1.448	500.000	(429)	501.019	-	-	-	-	-
Outros			275	-	-	275	-	-	-	-	-
Total			7.741	565.589	(3.923)	569.407	464.907	(7.543)	457.364	-	-
Debêntures											
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê	2015	CDI+1,37	9.093	300.060	(159)	308.994	-	-	-	-	-
Debêntures - 2ª Emissão - Tietê	2019	CDI+0,89	7.132	-	(408)	6.724	498.000	(1.103)	496.897	-	496.897
Debêntures - 3ª Emissão - Tietê	2020	110,10% do CDI	9.790	-	(198)	9.592	300.000	(813)	299.187	-	299.187
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo	2018	CDI+2,98	11.039	75.000	(3.552)	82.487	175.000	(4.930)	170.070	-	170.070
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo	2018	CDI+2,24	4.090	-	(798)	3.292	200.000	(1.706)	198.294	-	198.294
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo	2020	CDI+2,28	5.645	40.000	(2.074)	43.571	320.000	(5.343)	314.657	-	314.657
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo	2021	CDI+1,90	6.512	-	(1.540)	4.972	600.000	(9.345)	590.655	-	590.655
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo	2018	CDI+1,98	20.692	-	(4.636)	16.056	750.000	(9.515)	740.485	-	740.485
Debêntures - 16ª Emissão - Eletropaulo	2015	CDI+2,52	19.907	350.000	(275)	369.632	-	-	-	-	-
Total			93.900	765.060	(13.640)	845.320	2.843.000	(32.755)	2.810.245	-	-
Arrendamento financeiro											
Arrendamento financeiro		8,40 a 13,90	-	3.661	-	3.661	9.933	-	9.933	-	9.933
Total			-	3.661	-	3.661	9.933	-	9.933	-	9.933
Total da dívida											
				101.641	1.334.310	(17.563)	1.418.388	3.317.840	(40.298)	3.277.542	-

^(a) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

A movimentação não está sendo apresentada visto que os saldos refletem exatamente os valores incorporados da AES Tietê em 31 de dezembro de 2015.

16.2 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

(a) Debêntures - 2ª emissão: R\$498.000 em debêntures, ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	Maio de 2017 Maio de 2018 Maio de 2019

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirográfaria. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia ("Notas Comerciais"), no valor de R\$503.957, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais.

Como parte do processo de incorporação da AES Tietê (nota explicativa nº 1), a Companhia obteve anuência prévia dos debenturistas, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) de 18 de setembro de 2015. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos das dívidas, dessa forma o custo referente à obtenção de anuência prévia (waiver fee - R\$5.976) concedida pelos debenturistas foi diferido e será amortizado pelo prazo de realização da debênture. Em consequência a taxa efetiva de juros sofreu uma alteração de 0,89% para 1,50%.

(b) Debêntures - 3ª emissão: R\$300.000 em debêntures, ocorrida em 20 de março de 2014, no mercado local, com prazo final em março de 2020.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
108,20% do CDI	Semestrais	Anual	Março de 2018 Março de 2019 Março de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirográfaria. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Como parte do processo de incorporação da AES Tietê (nota explicativa nº 1), a Companhia obteve anuência prévia dos debenturistas, conforme deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) de 18 de setembro de 2015. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos das dívidas, dessa forma o custo referente à obtenção de anuência prévia (waiver fee - R\$4.200) concedida pelos debenturistas foi diferido e será amortizado pelo prazo de realização da debênture. Em consequência a taxa efetiva de juros sofreu uma alteração de 110,10% do CDI para 114,61% do CDI.

(c) Debêntures - 4ª emissão: R\$594.000 em debêntures, ocorrida em 15 de dezembro de 2015, no mercado local e em 3 séries, com vencimentos até dezembro de 2020.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
(1ª série) CDI + 1,55%	Semestrais	Única	143.500 Dezembro de 2016
(2ª série) CDI + 2,15%	Semestrais	Anual	74.371 Dezembro de 2017
(3ª série) IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	74.371 Dezembro de 2018
			303.205 Dezembro de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirográfaria. Os recursos captados com a emissão da 1ª e 2ª série, no valor total de R\$292.242, foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida da 2ª Nota promissória com vencimento conforme prazo em 17 de dezembro de 2015.

Os recursos captados com a emissão da 3ª série, no valor de R\$301.758, serão destinados ao custeio de despesas já incorridas ou a incorrer com a finalidade de modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas: Água Vermelha, Barra Bonita, Bariri, Caconda, Euclides da Cunha, Ibitinga, Nova Avanhandava e Promissão. Para esta série, o saldo devedor será corrigido monetariamente pelo IPCA em uma base diária, sendo este montante incorporado ao saldo da dívida. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2015, o saldo atualizado de principal era de R\$303.205.

(d) Arrendamento financeiro - Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2015, registrado pela Companhia era de R\$805 no passivo e R\$763 no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$763 em 31 de dezembro de 2015.

16.3 Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Controladora			
	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$
2017	240.354	249	(6.507)	234.096
2018	340.344	194	(5.512)	335.026
2019	266.024	48	(4.138)	261.934
2020	404.672	-	(3.220)	401.452
	1.251.394	491	(19.377)	1.232.508

	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2017	159.429	775.498	8.922	(17.997)	925.852
2018	160.876	1.052.608	6.687	(13.520)	1.206.651
2019	101.338	673.288	5.159	(7.700)	772.085
2020	36.649	771.936	4.070	(5.122)	807.533
Após 2020	20.419	368.064	7.843	(948)	395.378
	478.711	3.641.394	32.681	(45.287)	4.107.499

16.4 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures são o CDI e IPCA, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
CDI ^(a)	14,14%	11,57%
IPCA ^(b)	10,67%	6,41%

^(a) Índice do último dia útil do exercício

^(b) Índice acumulado nos últimos 12 meses

16.5 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é partilhado entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuariário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é partilhado entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldo - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Ao final do exercício de 2015, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizado por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

O saldo registrado no ativo circulante no montante de R\$207 refere-se às contribuições realizadas pela Companhia, sendo que posteriormente, houve o desligamento de colaboradores ("fundo de sobra dos colaboradores desligados"), sem direito ao resgate de parte ou de todo saldo. Este valor será utilizado pela Companhia para redução de contribuições futuras.

Ativos e passivos atuariais:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	278.262	278.633
Valor justo dos ativos do plano	(311.573)	(298.426)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	33.104	19.793
Obrigação registrada	(207)	-

17. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2014
Férias	6.917	-	40.950
Encargos sociais sobre férias e gratificações	2.478	-	15.424
Participação nos lucros	6.444	-	45.928
Bônus	2.471	-	6.145
Total Circulante	18.310	-	108.447
Bônus	236	-	929
Total Não Circulante	236	-	929

18. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é partilhado entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuariário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é partilhado entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldo - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Ao final do exercício de 2015, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizado por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

O saldo registrado no ativo circulante no montante de R\$207 refere-se às contribuições realizadas pela Companhia, sendo que posteriormente, houve o desligamento de colaboradores ("fundo de sobra dos colaboradores desligados"), sem direito ao resgate de parte ou de todo saldo. Este valor será utilizado pela Companhia para redução de contribuições futuras.

Ativos e passivos atuariais:

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	278.262	278.633
Valor justo dos ativos do plano	(311.573)	(298.426)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	33.104	19.793
Obrigação registrada	(207)	-

18.1 Informações acerca do laudo atuarial de 31 de dezembro de 2015

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego estão demonstradas a seguir:

	2015
--	------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisões para processos judiciais e outros

19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

	Controladora			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhista (a)	6.867	-	3.173	-
Perda no repasse da energia de Itaipu (b)	34.378	-	-	-
Meio ambiente (c)	10.667	-	-	-
Despacho 288 (d)	31.282	-	-	-
Processos cíveis	2.457	-	-	-
Compensações IRPJ e CSLL - (e)	5.259	-	-	-
Processos fiscais - PIS/COFINS (f)	-	31.517	-	31.517
Processos fiscais - outros	3	-	2	-
Total	90.913	31.517	3.175	31.517
Circulante	14.090	-	-	-
Não Circulante	76.823	31.517	-	-
Total	90.913	31.517	3.175	31.517

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2014	2014	2014	2014
Trabalhista	258.282	-	232.267	-
PIS/COFINS - juros sobre o capital próprio	49.816	-	49.816	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	15.864	-	3.180	-
Processos cíveis	34.357	-	1.382	-
Perda no repasse da energia de Itaipu	17.981	-	-	-
Processos administrativos - prefeiteiras	523	-	-	-
Processos fiscais	71.385	-	29.300	-
Despacho 288	28.262	-	-	-
Compensações IRPJ e CSLL	5.005	-	-	-
Processos regulatórios	58.479	-	-	-
Meio ambiente	22.232	-	-	-
Outros	24.586	-	-	-
Total	586.772	-	315.945	-
Circulante	184.273	-	-	-
Não Circulante	402.499	-	-	-
Total	586.772	-	315.945	-

O total de cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$37.008 (R\$31.944 em 31 de dezembro de 2014), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Cauções e Depósitos Vinculados		Total	Cauções e Depósitos Vinculados		Total
	2015	2014	2014	2015	2014	2014
Processos prováveis	3.175	31.517	315.945	3.175	31.517	315.945
Processos possíveis	32.971	-	131.854	32.971	-	131.854
Processos remotos	862	427	52.264	862	427	52.264
Total	37.008	31.944	500.063	37.008	31.944	500.063

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	31.12.2014	Provisão	Atualização monetária	Efeitos da Cisão	Efeitos da Incorporação	31.12.2015
	Trabalhista	-	-	-	-	6.867
Perda no repasse da energia de Itaipu	-	-	-	-	34.378	34.378
Meio ambiente	-	-	-	-	10.667	10.667
Despacho 288	-	-	-	-	31.282	31.282
Processos cíveis	-	-	-	-	2.457	2.457
Compensações IRPJ e CSLL	-	-	-	-	5.259	5.259
Processos fiscais - PIS/COFINS	31.517	1.115	2.755	(35.387)	-	-
Processos fiscais - outros	-	-	-	-	3	3
Total	31.517	1.115	2.755	(35.387)	90.913	90.913

	31.12.2013	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2014
	Processos fiscais - PIS/COFINS	29.433	2.270	(186)
Total	29.433	2.270	(186)	31.517

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- (a) A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca 168 processos pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo. Dos processos provisionados, destaca-se 1 (uma) Ação Civil Pública ("ACP") que visa a observância da jornada de trabalho legal, descanso semanal remunerado, fornecimento e orientação de EPLs e pagamento de danos morais aos colaboradores da Companhia. Em 11 de abril de 2012, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais arbitrada em R\$200. Em sede de recurso, este valor foi majorado para R\$500. Em janeiro de 2015 foi publicado acórdão de recurso de revista, ao qual foi negado seguimento. Em 31 de dezembro de 2015 a ação está em fase recursal, sob análise de viabilidade e tem valor provisionado atualizado de R\$797.
- (b) A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito "ex nunc" da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Em 17 de agosto de 2007 foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007 foi interposta apelação pela Eletrobrás e em 26 de novembro de 2007 foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$34.378. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2018.
- (c) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas a seguir:
 - (1) Existem 337 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se deu em razão de partes das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 290 demandas, já que as demais 47 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.937.
 - (2) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental ("TCCA") no valor de R\$600. Nesse Termo, a Companhia se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu; e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em conta-poupança da Companhia e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, a Companhia mantém provisionado em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$612. Importante ressaltar que, no momento, para a utilização do saldo, a Companhia aguarda apenas a demanda dos Institutos. Desde setembro de 2013, as unidades não solicitam desembolsos, pois aguardam a aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho Estadual do Ambiente - MAE, e por isso, determinou o relizamento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a AES Sul, sociedade sob controle comum à Companhia, e que foi o principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288, pois passou de credora a devedora do mercado e, por isso, ingressou em Juízo buscando a anulação do referido despacho e uma decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à AES Sul, assim a CCEE, sucessora do MAE, elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da AES Sul foi julgada improcedente em primeira instância, porém, a segunda instância, em 27 de março de 2014, considerou procedente o pedido de anulação do Despacho ANEEL nº 288. A Companhia está recorrendo desta decisão ainda em primeira instância e na presente data aguarda o julgamento do recurso. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$31.282. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2019.
 - (3) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$133.516 envolvidos na discussão, apenas R\$5.259 são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

(f) PIS/COFINS - Juros sobre Capital Próprio: A Companhia até o momento anterior à cisão, possuía processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registra em 31 de dezembro de 2015 provisão no montante de R\$4.253 (R\$31.517 em 31 de dezembro de 2014) e efetuou depósitos judiciais no mesmo montante. Foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância. Atualmente aguarda-se julgamento no STJ/STF. Em dezembro de 2015 esse processo foi transferido para a Brasileira Participações S.A., por meio da cisão parcial, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e demonstrado na movimentação anterior.

PIS/COFINS sobre receitas financeiras: Efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2015, corresponde a R\$1.134, e efetuou depósitos judiciais no montante de R\$959. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. Em dezembro de 2015 esse processo foi transferido para a Brasileira Participações S.A., por meio da cisão parcial, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e demonstrado na movimentação anterior. A discussão da Companhia acerca deste assunto está detalhada na nota explicativa nº 15.2.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da Contingência	2015
	(a) Recomposição de danos ambientais
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	128.257
(c) Auto de infração - Ágio	126.512
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	6.995
(e) Ação civil pública - Mexilhões dourados	Não determinado
(f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013	84.207
(g) Arbitragem - BTG Pactual	33.405
(h) Obrigação de expansão	Não determinado
(i) Rebaixamento hidrelétrico	208.175
(a) Recomposição de danos ambientais	
Referem-se a 3 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de Bariri, Nova Avanhandava e Barra Bonita. De forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.	
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	
Conforme mencionado no item (e) da nota explicativa nº 19.1, a Receita Federal intimou a Companhia sobre a não-homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL. Em julho de 2014, a Companhia foi informada de decisão definitiva favorável relativa a uma das compensações, extinguindo em definitivo o débito no montante de R\$1.207. Atualmente, para as 4 (quatro) compensações remanescentes, aguarda-se decisão em segunda instância administrativa, sobre os recursos apresentados pela Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante de R\$133.516 envolvidos na discussão, R\$128.257 são considerados como probabilidade de perda possível.	
(c) Auto de infração - Ágio	
Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$126.512 imputado até 31 de dezembro de 2015. Em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorre da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.	
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	
Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$6.995.	
(e) Ação civil pública - Mexilhões dourados	
O Ministério Público Federal de Jales ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a Companhia, União Federal, IBAMA e Estado de São Paulo visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combater a proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força de Tarefa Nacional de Controle ao Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providências para (i) inserção da Companhia e do Estado de São Paulo na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como; (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo Ministério Público Federal; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão; e (v) participação no custeio da divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento.	
Em 05 de setembro de 2013, a Companhia foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público Federal. Em 24 de julho de 2014 foram deferidos os pedidos da liminar requerida pelo Ministério Público Federal, determinando: (i) que os réus (Companhia e Estado de São Paulo) fossem integrados à Força Tarefa Nacional de Controle do Mexilhão Dourado, bem como; (ii) que todos os réus (Companhia, União, IBAMA e Estado de São Paulo) fizessem a identificação das áreas com potencial invasão do molusco, o mapeamento e monitoramento das áreas já contaminadas mediante identificação com placas informativas, e promovessem na mídia informações sobre medidas para evitar a proliferação do molusco. Em 18 de agosto de 2014 a Companhia apresentou recurso contra a liminar concedida ao Ministério Público Federal. Em 15 de setembro de 2014, o Tribunal suspendeu a decisão liminar até que fosse concluído o estudo sobre impactos e medidas envolvendo os mexilhões dourados em outra ação judicial na qual Companhia não é parte (Reservatório Ilha Solteira), oportunidade em que o Tribunal avaliaria eventuais medidas aplicáveis à Companhia (Reservatório Água Vermelha) e em 29 de outubro de 2014, foi agendada audiência para dezembro de 2014 visando análise da conclusão do estudo. Em 12 de dezembro de 2014 foi realizada audiência na qual ficou definido que a ação judicial seguiria suspensa e com relação à Companhia foram definidos apenas os dois pontos a seguir (i) Suporte na atuação preventiva: a Companhia deverá efetuar impressão de cartilha educativa sobre os mexilhões no formato do material oficial do IBAMA, cuja estimativa inicial era para julho de 2015; (ii) Uso do cloro nas Usinas até então pendentes: a Companhia ainda deve aguardar a emissão de autorização para uso emergencial do cloro, cuja estimativa à época era para março de 2015.	
As demais providências definidas na audiência não envolviam a Companhia e sim outros órgãos estatais (levantamento de áreas críticas, Municípios e órgãos envolvidos, bem como atividades preparatórias para o monitoramento).	
Em 01 de julho de 2015 foi realizada nova audiência na qual houve revisão dos prazos que haviam sido definidos na audiência de dezembro de 2014. Com relação à Companhia foram mantidos apenas os 2 pontos originalmente previstos cujos prazos foram revisados da seguinte forma: (i) Suporte na atuação preventiva: após a validação final da Cartilha preventiva pelo IBAMA, era prevista para 25 de julho de 2015, a Companhia teria o prazo de 03 meses para efetuar a correspondente impressão das Cartilhas educativas; (ii) Uso do cloro nas Usinas até então pendente das correspondentes aprovações dos órgãos competentes.	
Em 15 de julho de 2015 a Companhia, em conjunto com a CESP, protocolou nos autos da Ação, os estudos técnicos para subsidiar o encaminhamento do pedido de registro para uso emergencial do dicloro, para posterior análise e decisão do órgão competente. Tal pedido foi encaminhado diretamente pelo Judiciário ao órgão ambiental competente, o qual ainda não concluiu o procedimento de licenciamento para uso emergencial do dicloro.	
Em 30 de setembro de 2015 foi publicada decisão em 2ª instância que julgou procedente o recurso de agravo de instrumento interposto pela Companhia contra as medidas liminares que haviam sido concedidas em 1ª instância bem como homologou judicialmente o Relatório (Plano de Ação) e o Projeto Executivo - vide itens (i) e (ii) acima, elaborados pelos Réus e, em consequência, julgou extinta a ação civil pública, sob fundamento de que os documentos superaram o objeto da demanda judicial. Em 12 de fevereiro de 2016 a referida decisão se tornou definitiva perante o Judiciário (trânsito em julgado).	
Relativamente ao cumprimento das obrigações assumidas no Plano de Ação e Projeto Executivo, homologados judicialmente, a Companhia informa que:	
i) Com relação ao suporte na atuação preventiva: o conteúdo do material educativo validado com o IBAMA foi implementado no programa de educação ambiental da Companhia, bem como Cartilhas educativas foram distribuídas na área de concessão da Companhia.	
ii) Com relação ao uso emergencial do dicloro nas usinas: após o pedido efetuado pelo Judiciário para seu licenciamento, o órgão ambiental competente ainda não concluiu o procedimento correspondente.	

Com base na referida decisão que julgou a Ação Civil Pública extinta, a Companhia e seus assessores jurídicos externos reavaliaram o prognóstico de perda da ação, o qual foi alterado de possível para remoto.

(f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013
A Resolução CNPE nº 3, de 6 março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SÍ, inclusive geradores e comercializadores. Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 12 de dezembro de 2014, a União interpôs apelação à referida sentença. Em 01 de junho de 2015, a APINE apresentou suas contrarrazões à apelação interposta pela União.

Em 31 de dezembro de 2015, liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final da ação ordinária, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Com base nesta decisão judicial e no parecer jurídico obtido pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$84.207, referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 31 de dezembro de 2015.

(g) Arbitragem - BTG Pactual
Em 30 de julho de 2015, o BTG Pactual ("BTG") iniciou procedimento arbitral em face da Companhia com base em Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica ("Contratos"). O BTG alega que a Companhia inadimpliu os contratos ao comprar mais energia do que autorizado contratualmente e pretende recuperar as quantias que a Companhia recebeu com as vendas da energia fornecida pelo BTG no mercado de curto prazo, que equivalem a R\$33.405. O valor atualizado do depósito em garantia é de R\$32.743, com integral reserva de direitos.

Obrigação de expansão
Vide nota explicativa nº 2.1.
Rebaixamento hidrelétrico
Vide notas explicativas nºs 14 e 29.4 (c.2).

CARTAS DE FIANÇA, SEGURO GARANTIA E CAUÇÃO
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contratou uma carta de fiança no valor de R\$473 e três seguros garantia no valor de R\$3.159 para processos judiciais de natureza tributária, totalizando uma importância segurada de R\$3.632, ao custo de 0,28% a 2,00% a.a.. Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente e amortizados no resultado do período de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

20. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (c.2) Outros resultados abrangentes relacionados ao ganho atuarial do plano de pensão apresentam um saldo de R\$2.500, líquido de imposto de renda e contribuição social. O saldo em 31 de dezembro de 2015 reflete exatamente o montante transferido da incorporada AES Tietê.
- (d) A reserva legal foi cindida no processo de reorganização societária, sendo o montante de R\$182.605, transferido para a Brasileira Participações, ficando um saldo remanescente de R\$31.907. Posteriormente, houve os seguintes incrementos: R\$8.497 devido à incorporação da AES Tietê e R\$12.000 devido à destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (vide nota explicativa nº 22), perfazendo o total de R\$52.404 em 31 de dezembro de 2015. Nesta mesma data, a Companhia já atingiu o limite permitido por lei, visto que esta reserva já equivale a 20% do capital social.

22. Destinação do resultado

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Segue destinação de resultados de forma resumida com comparabilidade com o exercício anterior:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	393.583	81.945
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	46.150	53.037
Ajuste por conta de dividendos prescritos de controladas	1.642	3.895
Efeito da cisão	(63.256)	–
Efeito da incorporação	205.059	–
Constituição de reserva legal	(12.000)	(6.749)
Base para pagamento de dividendos	571.178	132.128
Destinação:		
Dividendos intermediários distribuídos (i)	107.362	102.842
Dividendo mínimo obrigatório - complemento (ii)	35.432	–
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório (iii)	428.384	–
Destinação para a Reserva Estatutária	–	29.286
Total Distribuído	571.178	132.128

O montante de R\$205.059, relativo ao evento de incorporação, corresponde à parcela de resultados dos acionistas não controladores da incorporada AES Tietê. Este montante quando incorporado pela Companhia, permite que a base a ser distribuída reflita o saldo da incorporada, não havendo efeito na base distribuível entre as duas Companhias devido à incorporação.

- Atos anteriores à reorganização:**
- A Companhia declarou dividendos intermediários relativos ao primeiro semestre, conforme segue:
- (i) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$68.000, correspondente a R\$0,10461 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi realizado em 25 de setembro de 2015.
 - Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$39.362, correspondente a R\$0,06056 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi realizado em 26 de novembro de 2015.
 - Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$88.500 à conta de reserva de lucros - estatutária, correspondente a R\$0,13615 por ação ordinária e preferencial. O pagamento foi realizado em 25 de maio de 2015.
- Por terem ocorrido anteriormente à reorganização societária, os pagamentos acima foram realizados para as acionistas AES Holdings Brasil e BNDESPAR.

- Atos posteriores à reorganização:**
- (ii) A Administração da Companhia registrou complemento dos dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$35.432, correspondente a R\$0,01859 por ação ordinária e preferencial e R\$0,09294 por *Unit*, em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976. Por se tratar de uma obrigação legal, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no passivo circulante da Companhia.
 - (iii) Em dezembro de 2015, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos no montante de R\$428.384, correspondente a R\$0,22472 por ação ordinária e preferencial e R\$1,12362 por *Unit*. Este valor está classificado no patrimônio líquido sob a rubrica "proposta de distribuição de dividendos adicionais", uma vez que seu pagamento depende de aprovação pelos acionistas da Companhia.

23. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é o de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Conforme mencionado anteriormente, os lucros apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são referentes à operação da Companhia anteriormente aos eventos da reorganização. Desta forma, a demonstração do resultado apresenta principalmente os investimentos em entidades controladas.

Como o evento da incorporação ocorreu somente em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está usando o número de ações anteriores a este evento, após o desdobramento para fins de cálculo do resultado por ação. Desta forma, tanto o numerador (lucro do exercício) quanto denominador (quantidade de ações) estariam em bases comparáveis. O resultado por ação básico e diluído é o mesmo para os exercícios apresentados. Somente a partir de 01 de janeiro de 2016, a Companhia apresentará resultados diferenciados devido à incorporação da reserva especial de ágio. Vale ressaltar que o desdobramento das ações ocorreu sem alteração do valor do capital social. Desta forma, o cálculo do resultado básico e diluído por ação foi ajustado para o período comparativo apresentado. Somente para fins informativos, caso a reserva seja capitalizada com emissão de 100% das ações em favor da AES Holdings Brasil e da BNDESPAR, e nenhum acionista minoritário exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 46,87% em 31 de dezembro de 2015, considerando os preços das ações nesta mesma data.

As informações relacionadas à destinação do resultado estão detalhadas na nota explicativa nº 22, a qual incorpora informações acerca da destinação para a nova base de acionistas da Companhia. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	2015	2014
Numerador:		
Resultado líquido de operações continuadas	394.076	198.157
Resultado líquido de operações descontinuadas	(493)	(116.212)
Lucro líquido do exercício	393.583	81.945
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	570.170	570.170
Média ponderada do número de ações preferenciais	431.480	431.480
Lucro (Prejuízo) por ação		
Das operações continuadas		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,39343	0,19783
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,39343	0,19783
Das operações descontinuadas		
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	(0,00049)	(0,11602)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial	(0,00049)	(0,11602)
Do lucro líquido do exercício		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,39293	0,08181
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,39293	0,08181
Lucro atribuível aos acionistas:		

	2015	2014
	224.040	169.543
	46.646	35.299
		81.945

24. Suprimento, compra e transporte de energia elétrica

	Consolidado			
	2015		2014	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Geração própria e outras:				
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 28)	11.107.680	2.355.172	11.107.680	2.233.613
Contratos bilaterais	1.854.241	216.536	2.069.115	234.004
Mercado de curto prazo				
MRE	940.023	12.270	226.715	4.405
SPOT	582.669	183.875	1.671.253	946.948
Outros	–	11.124	–	10.751
Créditos de carbono	–	–	–	1.006
Prestação de serviços (Nota nº 28)	–	169	–	143
Outras receitas	–	100	–	86
Receita operacional bruta	14.484.613	2.779.246	15.074.763	3.430.956
Pesquisa e desenvolvimento	–	(26.258)	–	(32.050)
PIS	–	(22.270)	–	(34.227)
COFINS	–	(102.720)	–	(157.787)
ICMS	–	(2.171)	–	(1.880)
ISS	–	(6)	–	(5)
Receita operacional líquida	14.484.613	2.625.821	15.074.763	3.205.007
Energia elétrica comprada e transporte:				
Contratos bilaterais	2.025.654	(246.398)	2.240.832	(261.304)
Mercado de curto prazo				
MRE	2.441.835	(31.052)	2.744.634	(34.451)
SPOT	2.315.251	(650.929)	2.762.847	(1.782.129)
Outros	–	(14.469)	–	(13.207)
Encargos de transmissão	–	(112.846)	–	(96.680)
Encargos de conexão	–	(2.033)	–	(1.747)
PIS	–	16.115	–	22.192
COFINS	–	74.227	–	102.216
Total	6.782.740	(967.385)	7.748.313	(2.045.110)

25. Outras receitas custos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Doações	–	–	(13.717)	(10.772)
Arrendamentos e alugueis	(3)	(4)	(1.087)	(1.024)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	–	–	(2.690)	(2.690)
Seguros	(57)	(49)	(8.027)	(7.754)
Contribuições CCEE/ONS	–	–	(1.512)	(1.343)
Ganhos na alienação de bens e direitos	–	–	1.680	464
Indenização de sinistro	–	–	–	3.490
Outras contribuições setoriais	–	–	(3.813)	(3.596)
Tributos	(305)	(231)	(305)	(231)
Baixa de outros créditos	(436)	–	(436)	–
Outras	(20)	–	(649)	(2.701)
Total	(821)	(284)	(30.556)	(26.157)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	41.118	24.799	87.120	66.089
Atualização monetária dos depósitos judiciais	3.716	4.027	4.661	4.300
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.115)	–	(3.116)	–
Levanteamento de depósito judicial PIS	–	–	–	1.270
Postergação no pagamento - Eletropaulo (Nota nº 28.1)	–	–	12.256	–
Outras	9	7	55	180
Total	43.728	28.833	100.976	71.839
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	–	–	(197.428)	(130.587)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso	–	–	23.123	20.225
Cartas de fiança e seguros garantia	–	–	(1.707)	(1.234)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(20)	(5)	(20)	(5)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(2.755)	(2.270)	(8.198)	(5.400)
Atualização monetária de pesquisa e desenvolvimento	–	–	(2.093)	(1.306)
Perdas em Investimentos	–	–	(2.390)	(6.858)
Outras	(43)	(23)	(3.297)	(2.457)
Total	(2.818)	(2.298)	(192.010)	(127.622)
Variações Cambiais, líquidas				
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipu (Nota nº 19.1)	–	–	(16.397)	(3.152)
Outras	–	–	(180)	–
Total	–	–	(16.577)	(3.152)
Total Líquido	40.910	26.535	(107.591)	(58.935)

27. Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora			
	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Diferidos	31.983	10.784	5.840	2.103
Despesa de imposto de renda e contribuição social	31.983	10.784	5.840	2.103
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	351.309	351.309	190.214	190.214
Adições (exclusões):				
Amortização de intangível de concessão	(196.935)	(121.930)	18.307	14.819
Resultado de equivalência patrimonial	(379.265)	(379.265)	(227.899)	(227.899)
Provisões	9.386	9.386	2.095	2.095
Depósitos judiciais	(2.750)	(2.750)	(2.264)	(2.264)
Outras	461	461	10	10
Total das adições (exclusões)	(569.103)	(494.098)	(209.751)	(213.239)
Resultado ajustado	(217.794)	(142.789)	(19.537)	(23.025)
Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa perda na Cisão	128.281	84.100	–	–
Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa ano corrente	–	–	19.537	23.025
Constituição de créditos fiscais anos anteriores	(41.170)	(63.878)	(25.623)	(25.636)
Depósitos judiciais	2.750	2.750	2.264	2.264
Base de Cálculo	(127.933)	(119.817)	(23.359)	(23.372)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Total da receita com tributos	31.983	10.784	5.840	2.103
Alíquota efetiva	-9,1%	-3,1%	-3,1%	-1,1%

A Companhia constituiu créditos tributários adicionais de R\$43.702, sendo R\$27.660 do exercício corrente e R\$16.042 de exercícios anteriores, já considerando o evento da cisão.

Desde 1º de janeiro de 2015, a Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS aplicando os preceitos da Lei nº 12.783/2014 e Instruções Normativas RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e 1.556 de 31 de março de 2015.

	Consolidado			
	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Correntes	(281.993)	(105.990)	(177.736)	(67.516)
Diferidos	52.525	18.289	22.527	8.253
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(229.468)	(87.701)	(155.209)	(59.263)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	1.055.927	1.055.927	627.216	627.216
Adições (exclusões):				
Amortização de intangível de concessão	(196.935)	(121.930)	18.307	14.819
Doações	11.899	11.899	10.802	10.802
Pesquisa e desenvolvimento	(4.255)	(4.255)	(3.906)	(3.906)
Honorários da diretoria estatutária	1.221	1.221	1.275	1.275
Outras	8.633	8.619	7.115	8.619
Total das adições (exclusões)	(179.437)	(104.446)	33.593	31.809
Resultado ajustado	876.490	951.481	660.809	658.825
Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa perda na Cisão	128.281	84.100	–	–
Prejuízo fiscal/base de cálculo negativa ano corrente	–	–	19.537	23.025
Constituição de créditos fiscais anos anteriores	(41.170)	(63.878)	(25.623)	(25.636)
Outros	2.750	2.750	2.264	2.264
Base de Cálculo	966.351	974.453	656.987	658.478
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(241.588)	(87.701)	(164.247)	(59.263)
Incentivos Fiscais	12.096	–	9.014	–
Outros	24	–	24	–
Total da receita com tributos	(229.468)	(87.701)	(155.209)	(59.263)
Alíquota efetiva	22%	8%	25%	9%

28. Partes relacionadas

28.1 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Contas a receber de partes relacionadas:				
Eletropaulo - Contrato bilateral (i)	271.814	–	–	–
Previdência privada - Ativo de benefício definido (ii)	207	–	–	–
Juros sobre capital próprio e Dividendos a receber:				
AES Uruguaiiana - Dividendos	–	2.699	–	–

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Tietê Energia S/A (anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia S/A)
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da AES Tietê Energia S/A ("Companhia"), anteriormente denominada Companhia Brasileira de Energia S/A, que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da AES Tietê Energia S/A, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes das reclassificações descritas na nota explicativa 1.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 09 de fevereiro de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, examinamos também as reclassificações efetuadas nas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado descritas na Nota 1.1, que alteraram estas demonstrações de 2014 originalmente apresentadas. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre tais demonstrações, tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamoré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Barueri, 22 de fevereiro de 2016

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor Vice-Presidente

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor Vice-Presidente

**AES ELETROPAULO E AES TIETÊ,
MAIS UMA VEZ NA CARTEIRA
DO ISE.**



Esse reconhecimento reafirma
o nosso compromisso com o
desenvolvimento sustentável
e com a geração de valor a
todos os nossos públicos de
relacionamento.